

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2017-2021-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO – QUARTA REUNIÃO REALIZADA  
NO DIA DEZASSETE DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO.**-----

-----**ATA NÚMERO TRINTA E UM**-----

----- Aos dezassete dias do mês de julho de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, quarta reunião, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedro Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Miguel Silva Avelãs, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria do Carmo do Amaral Cabral da Câmara Pereira Munoz, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho,

## DRAFT

Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, João Carlos de Sousa Pereira, Pedro Miguel Tadeu Costa, Susana Maria da Costa Guimarães, José Roque Alexandre, Bruno Reinhold de Moraes Cabral, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Rosa Maria Carvalho da Silva, Mário Nelson Moraes Freitas e Nuno Miguel Mendes Firmo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Fábio Martins de Sousa, Graciela Lopes Valente Simões e Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Nuno Firmo. -

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- Ana Margarida Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira.-----

----- Beatriz Gomes Dias (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Bruno Reinhold de Moraes Cabral. -----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Moraes Freitas.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva, Paula Marques, Manuel Salgado, Catarina Vaz Pinto e Ricardo Robles.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Maria da Assunção Oliveira Cristas, João Gonçalves Pereira, Maria da Conceição Gameiro Zagalo, João Abreu Costa e Nuno Correia da Silva.-----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia em Exercício**, declarou aberta a reunião. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, vamos dar início à nossa sessão. -----

----- Agradecia que tomassem assento nos vossos lugares. -----

----- Temos um voto de pesar pelo falecimento de João Semedo, é o Voto de Pesar n.º 031/01, a indicação que eu tenho, mas que depois será confirmada na leitura do voto, é que, vai ser feito pela Primeira Secretária em exercício, a Deputada Municipal Patrocínia Vale César e, que é subscrito pelos Deputados Membro da Assembleia do Bloco De Esquerda e depois, também, pelos Grupos Municipal do Partido Socialista, PPM, PAN, MPT, Partido Ecologista “Os Verdes” e dos Deputados que exercem o mandato como Independentes. -----

----- Agradecia que se sentassem, que fizessem silêncio, vamos dar a palavra para a leitura do **Voto de Pesar n.º 031/01.**” -----

----- **A Primeira Secretária em exercício, Patrocínia Vale César**, no uso da palavra procedeu a leitura do seguinte **Voto de Pesar**: -----

----- *“Voto de Pesar pelo falecimento de João Semedo*-----

----- *Faleceu, nesta manhã, João Pedro Furtado da Cunha Semedo. -----*

----- *Educado num ambiente familiar de discussão aberta e de luta contra a ditadura, João Semedo muito cedo se tornou ativista estudantil, tendo sido eleito em 1972 para a direção da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Tinha já aderido ao PCP em 1971, do qual viria a ser membro do Comité Central. No ano seguinte foi preso em Caxias, recusando-se a assinar o documento elaborado pela PIDE a confessar atividades subversivas e a comprometer-se a abandoná-las. -----*

----- *Após o 25 de abril, desenvolveu uma importante ação como militante comunista, no Porto, designadamente no setor intelectual e na política de saúde. Participou na fundação do Sindicato dos Médicos do Norte e da Universidade Popular do Porto e integrou a direção do FITEI e da cooperativa artística Árvore. -----*

----- *Foi presidente do Conselho de Administração do Hospital Joaquim Urbano entre 2000 e 2006, tendo nesse ano deixado a administração do hospital para ser deputado da Assembleia da República em regime de exclusividade. -----*

----- *Aderiu ao Bloco de Esquerda em 2007, tendo integrado a sua Mesa Nacional e sido, com Catarina Martins, coordenador do partido entre 2012 e 2014. Foi também candidato pelo Bloco de Esquerda à Câmara Municipal de Lisboa em 2013. -----*

----- *Foi parlamentar durante três legislaturas, eleito pelo Bloco de Esquerda, até renunciar ao mandato por motivos de saúde em março de 2015. A sua atividade parlamentar foi de invulgar relevo, designadamente na área da saúde, algo que é reconhecido por todos os quadrantes políticos. Teve de facto um papel decisivo na*

*adoção de leis fundamentais como a do testamento vital, a Carta dos Direitos dos Utentes do SNS, a prescrição por princípio ativo, o estatuto do dador de sangue, o acompanhamento nos serviços de urgência, a dispensa gratuita de medicamentos após alta hospitalar e a inscrição do preço na embalagem dos medicamentos. Integrou diversas comissões parlamentares (saúde, assuntos europeus, orçamento e finanças) e as comissões de inquérito ao BPN, ao caso PT/TVI e à aquisição dos submarinos.* -----

*----- Impedido pela doença de prosseguir a sua atividade em termos plenos, empenhou-se na luta pela despenalização da eutanásia, tendo sido um dos principais ativistas do Movimento pelo Direito a Morrer com Dignidade. O seu último contributo para a democracia portuguesa foi a proposta de revisão da Lei de Bases da Saúde, que elaborou juntamente com António Arnaut, e que ambos publicaram em livro com o título “Salvar o Serviço Nacional de Saúde”.* -----

*----- Em entrevista dada quando a doença já o limitava severamente, João Semedo disse: “tive a vida que escolhi, a vida que quis, não tenho nada de que me arrependa no que foi importante. Segui sempre a minha intuição, nunca me senti a fazer o que não queria. Sim, fui muito feliz (...)”* -----

*----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17 de julho de 2018, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:* -----

*----- 1. Manifestar a sua profunda consternação pela morte do cidadão exemplarmente empenhado e do grande parlamentar que foi João Semedo e exprimir aos seus familiares e amigos, e ao Bloco de Esquerda, o seu sentido pesar, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem.* -----

*----- Lisboa, 17 de julho de 2018* -----

*----- Os deputados municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda,* -----

*----- Isabel Pires* -----

*----- Rui Costa* -----

*----- Tiago Ivo Cruz*-----

*----- Bruno Cabral*-----

*----- Grupo Municipal do partido Socialista*-----

*----- José Leitão* -----

----- *O Grupo Municipal do PPM – Partido Popular Monárquico* -----  
----- *Aline Hall de Beuvink* -----  
----- *O Grupo Municipal do PAN – Partido Pessoas - Animais e Natureza,*-----  
----- *Inês de Sousa Real* -----  
----- *O Grupo Municipal do MPT – Partido da Terra,*-----  
----- *Mário Freitas* -----  
----- *O Grupo Municipal do PEV – Partido Ecologista Os Verdes* -----  
----- *Cláudia Madeira* -----  
----- *O Grupo Municipal dos Independentes,* -----  
----- *Joana Duarte* -----  
----- *Miguel Graça* -----  
----- *José Alberto Franco* -----  
----- *Ana Gaspar* -----  
----- *Maria Teresa Craveiro*-----  
----- *António Avelãs”* -----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Vamos proceder à votação deste **Voto de Pesar n.º 031/01.** Não há votos contra, nem abstenção, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PPM, MPT, PEV e 6 IND. O **Voto de Pesar n.º 031/01** foi **aprovado por unanimidade.**” --  
----- (Neste momento, foi feito um minuto silêncio pelo falecimento de João Semedo) -  
----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----  
----- **1. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 7/2018 - PELA SALVAGUARDA E CLASSIFICAÇÃO DE EDIFÍCIO E JARDIM DA RUA PAU DE BANDEIRA, 1, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE - 51 MINUTOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----  
----- (A **Petição n.º 07/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante). -----  
----- (O **Parecer da 3ª Comissões Permanentes,** fica anexado à presente Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----  
----- (A **Recomendação n.º 028/01 (3ª CP),** fica anexada à presente Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante). -----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, continuou: -----  
----- “Vamos dar início ao Ponto 1 da nossa Ordem de Trabalhos, “Apreciação da **Petição n.º 07/2018** - pela salvaguarda e classificação de edifício e jardim da Rua Pau de Bandeira, 1, nos termos da petição e das disposições regimentais aplicáveis. -----  
----- Temos um **Parecer da 3ª Comissão Permanente,** cujo relator é o Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira.-----  
----- Temos uma **Recomendação** que, será votada que é, a **Recomendação n.º028/01** que extrai aquilo que são as conclusões desse **Parecer da 3ª Comissão.**-----

----- E temos como representante dos peticionários, o Senhor Andrea di Monti que irá fazer a intervenção de 10 minutos e, tenho a indicação que irá projetar uma apresentação, por isso vamos só esperar um pouco que, os serviços tratem das condições adequadas ao início da intervenção e da apresentação.-----

----- Muito bem, tem a palavra, dez minutos.” -----

----- **O Senhor Andrae di Monti**, na qualidade de Representante dos Peticionários, no uso da palavra, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Muito boa tarde a todos, o meu nome é Andrea di Monti.-----

----- Estou aqui hoje em representação do Fórum Cidadania LX e da Associação dos Moradores da Lapa, que promoveram esta Petição pela salvaguarda e qualificação do edifício e jardim Rua Pau de Bandeira nº 1, que recolheu quatrocentas e catorze assinaturas.-----

----- Promoveram esta Petição, porque existe um projeto, o Projeto n.º 1047/EDI/2017, que prevê a demolição da cocheira. Esta cocheira do século XIX, do lado esquerdo da fotografia, para a construção de um prédio de quatro pisos com garagem.-----

----- Este prédio que se quer construir, viola alguns artigos básicos do PDM, como o artigo n.º 42, que é a regra do quarenta e cinco graus e, o artigo n.º44 que disciplina o logradouros e, que diz que em “Traçado Urbano A, área de logradouros permeável deve corresponder pelo menos sessenta e cinco por cento, da área total do logradouro existente” e, como se vê aqui, o novo logradouro passaria de cinquenta e dois metros para dois metros.-----

----- Mas tem aqui um outro tema muito importante que, tem a ver com a defesa do património, porque o imóvel do lado direito da fotografia, que é um palacete, está listado na Carta Municipal do Património no ponto 26.25. O Edifício do lado esquerdo é, o edifício de acompanhamento do edifício principal, portanto, está abrangido pelo artigo n.º 27 do PDM, que estabelece que, “deve ser preservado, não só bens isolados da Carta Municipal, mas também os edifícios de acompanhamento”.-----

----- Falemos agora desta cocheira, deste imóvel que, já tem uma história, já se encontra no mapa de Luís Filipe Folque de 1856, do mapa de Lisboa e, temos indicações que antigamente, antes desta data era uma antiga capela, estamos a verificar está informação.-----

----- Em 1875, assumiu a sua forma final, aqui temos uma cópia do contrato de 25 de Agosto de 1875, em que era guardada cópia entre proprietário do imóvel e a empresa de construção para retificação da cavalaria, cocheira e terraço.-----

----- E mais de cem anos depois, a Câmara Municipal já se interessou por este imóvel, porque por duas vezes, através de dois pareceres impediu que fosse demolido, por se trata de uma construção bastante característica do gosto da época, fins do século XIX. Cujos exemplos vão rareando cada vez mais, pelo que entende-se que deve ser preservada, por estas razões a Associação de Moradores e o Fórum Cidadania promoveram esta Petição.-----

----- Agora registamos com extremo agrado que a Câmara Municipal de Lisboa, não só indeferiu o projeto mas, estabeleceu que deve ser preservada a volumetria do imóvel e a fachada principal. -----

----- Portanto, por nós a Câmara Municipal está de parabéns e, espero que os senhores já agora votem por unanimidade, também, o Relatório da Comissão do Urbanismo. ----

----- Posso só acrescentar um ponto. Neste relatório, no Ponto 2, “Recomenda-se à Câmara Municipal que, informa esta Assembleia da evolução deste processo de licenciamento, ou da eventual entrada de novos projetos para o edifício sito na Rua Pau Bandeira n.º 1”, se fosse possível, eu queria que fosse acrescentado, “informar também, o Fórum Cidadania e a Associação dos Moradores da Lapa”, acho justo, visto que fomos nós a promover esta petição. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- (O **Power-Point**, apresentado pelo **Peticionário Andrea di Monti** fica anexado a esta Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pela intervenção e pela apresentação. -----

----- Vamos passar então para apresentação do Parecer da 3ª Comissão Permanente e, também, da Recomendação n.º 028/01 oriunda dessa Comissão e o Senhor Deputado Miguel Teixeira, que é o Deputado Municipal relator. -----

----- Nós temos, também, aqui a indicação que o Senhor Deputado Miguel Teixeira, também, se tinha escrito, portanto, vai fazer na dupla qualidade. -----

----- Portanto, depois só tem que, para começaram a contar o tempo, só tem que dar indicação em separado, porque apresentação da recomendação e do parecer não tem tempo, depois quando usar da palavra em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, começar a contar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)**, no uso da palavra, e na qualidade de **Relator do Parecer da 3ª CP**, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente exercícios, Senhores membros da Mesa, Senhores membros do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, Pessoal Técnico de Apoio, Cidadãos. -----

----- Uma saudação muito particular aos trezentos e noventa e quatro peticionários e o cidadão André di Monti, aqui presente hoje, relativamente à Petição n.º 07/2018, pela salvaguarda e classificação do edifício e jardim na Rua Pau Bandeira. -----

----- O exercício de uma cidadania ativa, em concreto, o direito de petição é uma saudável expressão da vida da cidade, o que deve ser incentivado e tomado em elevada consideração, no sentido em que, dando voz aos municípios permitindo-lhes alertar a Assembleia Municipal de Lisboa, para situações que os preocupam, colocando em perspetiva a procura de decisões alternativas, no que tange às questões apresentadas. -----

----- Gostaria ainda de referir que o presente relatório foi aprovado por unanimidade. --

----- A petição em análise resulta da insatisfação de um grupo de cidadãos, em face do projeto anunciado para edifício sito na Rua Pau Bandeira n.º1. Trata-se de um imóvel

edificado na segunda metade do século XIX e foi utilizado como cocheira durante muito tempo.-----

----- Os peticionários descrevem que nos anos de 1977 e 1978, a Câmara Municipal de Lisboa, estabeleceu que este edifício deveria ser preservado, propondo à época a intimação ao proprietário para que este procedesse a obras reconstrução sob pena de desapropriação.-----

----- Entendem os peticionários que o conjunto harmonioso formado por um palacete, jardim, cocheira deve ser classificado pela Direção-Geral do Património Cultural, pelo que, também, solicitaram abertura do respetivo processo de classificação. -----

----- Neste sentido, apontam as suas críticas ao município, relativamente à avaliação do projeto que, previa a demolição integral do edifício, para construir no seu lugar um prédio com quatro pisos e garagem.-----

----- Em atenção à relevância do tema, entendeu a 3ª Comissão Permanente, proceder audição dos peticionários e solicitar esclarecimentos ao Gabinete e ao Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

-----A petição foi apresentada, como vimos aqui, pelo cidadão e munícipe André di Monti, em representação do Fórum Cidadania LX e da Associação Moradores da Lapa que, informou que o Palácio dos Condes de Valença, está registado na Carta Municipal do Património com o código 26.25 e que de acordo com o número três, do artigo n.º 27 do Plano Diretor Municipal em vigor, indica que deve ser privilegiada a conservação do edificado para a preservação da identidade cultural e histórica da Cidade. Mas, também, dos edifícios e do seu acompanhamento, o que é o caso este edifício em questão. Este imóvel na qualidade de anexo ao palacete tinha a funcionalidade de cocheira. -----

----- Sublinhou ainda, o peticionário que os proprietários não cuidaram do edifício cocheira e que o acesso à informação referida, só foi possível porque a Câmara a facultou o que foi, evidentemente, também, elencado pelo cidadão e saudado pelo cidadão André di Monti. -----

----- A informação, a Câmara Municipal de Lisboa respondeu em sete de junho 2018, à 3ª comissão, sobre o conteúdo desta petição e esclareceu que a proprietária apresentou um projeto de pedido de licenciamento, para a realização da obra na Rua Pau da Bandeira n.º 1. Tendo ainda esclarecido que o projeto de arquitetura não se encontra aprovado, tendo sido elaborado um projeto de decisão de indeferimento do pedido de licenciamento, em face do exposto, esta comissão no seu relatório apresenta as seguintes recomendações: -----

----- Procure em face e em resposta aos anseios dos peticionários, garantir uma solução arquitetónica para o edifício que, se enquadre com a zona envolvente e que contemple uma maior preservação do imóvel e informe, naturalmente, esta Assembleia Municipal sobre ou, relativamente, à entrada de novos projetos para o palacete da Rua Pau da Bandeira n.º 1. -----

----- Ficaram cumpridos os pressupostos, esta Comissão desenvolveu o seu trabalho. --



----- Louvar os peticionários pela qualidade da documentação apresentada, pela caracterização que fizeram relativamente ao histórico e ao processo que envolveu este edifício.-----

----- Uma vez mais, fica aqui saliente a enorme qualidade do serviço público e de cidadania que, cidadãos residentes da cidade de Lisboa prestam a esta cidade e no caso concreto, também, a esta Assembleia Municipal no alerta. -----

----- Referir, também, o quadro e bom princípio que os Serviços de Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa tiveram, na qualitativa análise realizada ao processo de tentativa de licenciamento, para a reabilitação deste imóvel. -----

----- Tenho dito, Senhor Presidente.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “A Senhora Deputada, Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Meireles (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente em exercício, Senhora Secretária e senhores Deputados. -----

----- Relativamente à Petição “Pela Salvaguarda e Classificação de edifício e jardim da Rua Pau de Bandeira”, Os Verdes saúdam a iniciativa dos peticionários que nos trazem um alerta sobre a necessidade de preservação do património da cidade. -----

----- Este grupo de cidadãos mostra-se insatisfeito com o projeto anunciado para um edifício localizado na Lapa, da segunda metade do século XIX, que foi uma cocheira e que faz parte de um espaço onde se encontra um palacete, recuperado, e um jardim. -

----- No final da década de setenta, a Câmara Municipal de Lisboa determinou que este edifício deveria ser preservado e chegou mesmo a propor uma intimação ao proprietário para proceder a obras de reconstrução, o que nunca se verificou. -----

----- O projeto que estava agora em cima da mesa previa a demolição integral do referido edifício para a construção de um prédio com quatro pisos e uma garagem, além de uma redução significativa da área do logradouro. -----

----- Segundo as informações enviadas pela Câmara à 3ª Comissão, o proprietário apresentou um pedido de licenciamento para a realização destas obras, mas o projeto de arquitetura não foi aprovado. O executivo refere ainda que foi elaborado um projeto de decisão de indeferimento do pedido de licenciamento. -----

----- Os peticionários entendem que o palacete, o jardim e a cocheira devem ser preservados como um todo, por representarem um conjunto harmonioso e solicitam que a autarquia impeça a demolição do edifício, um exemplar de arquitetura romântica. A este propósito, importa referir que o Palácio dos Condes de Valença, do qual o edifício que servia de cocheira é um anexo, está registado na Carta Municipal do Património, pelo que faria todo o sentido este conjunto ser preservado na íntegra.---

----- Os petiçãoários propõem também que este conjunto deve ser classificado pela Direção Geral do Património Cultural. -----

----- Perante este caso concreto, que acaba por ser mais um exemplo do que se passa por toda a cidade, Os Verdes consideram que é preciso fazer mais para proteger e valorizar o património de Lisboa e para sensibilizar as pessoas para o risco que se corre de perder este património. -----

----- A verdade é que o património de Lisboa está a desaparecer a grande velocidade e tudo o que se possa fazer para a preservação da identidade cultural e histórica da cidade, deve ser feito e terá o apoio de Os Verdes. -----

----- A Câmara não pode continuar a assistir pacificamente a uma Lisboa que todos os dias perde um pouco mais das suas características, da sua história e da sua memória. Nesta situação, falamos de um proprietário privado, mas a autarquia tem tido a sua quota de responsabilidade na perda de património da cidade e é preciso inverter este cenário. -----

----- Assim, para Os Verdes é possível e desejável que a Câmara responda aos anseios dos petiçãoários, garantindo uma solução arquitetónica integrada para o edifício, enquadrada na zona envolvente e com a maior preservação possível. Por parte da Assembleia Municipal, naturalmente, deve continuar a haver um acompanhamento dos desenvolvimentos deste processo para garantir que Lisboa não perde mais um pouco da sua identidade. Por esta razão, estamos de acordo com as recomendações da Comissão. -----

----- Mais uma vez, saudamos os cidadãos que subscreveram esta petição, pela sua intervenção interessada e dedicada e por nos trazerem um assunto importante, procurando salvaguardar e proteger um edifício com interesse para a cidade e para a sua memória. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Vamos dar continuidade aos oradores inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Rui Costa do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em exercício. -----

----- Saudar os petiçãoários pelo esforço que fizeram e pelo trabalho cívico na preservação, daquilo que é, o património cultural da cidade de Lisboa. -----

----- Estando mais que justificado o objeto da petição, concordando o Bloco de Esquerda, com as recomendações em boa hora feitas pela Comissão, não podemos deixar de lembrar e de sublinhar, hoje aqui uma questão. -----

----- Da resposta que a Câmara Municipal de Lisboa ofereceu a esta matéria, resulta um projeto de indeferimento, deste projeto, pela questão da inclinação das empenas,

não surge como podia e deveria surgir dos serviços, a violação do artigo n.º 27 do número três do Plano Diretor Municipal, isto é. Não é censurada pelos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, a violação da Carta Municipal do Património e da norma do Plano Diretor Municipal que acompanha, não é sequer valorada.-----

---- E, perante muito do que tem sido feito nesta cidade, aliás, ali bem perto na esquina da Rua da Lapa, com a Rua São João da Mata, um projeto horroroso que ali nasce e, ao qual um cidadão que hoje exerce o mandato como Deputado Municipal foi dito: “A estética é uma questão política. O senhor fique com a sua que, eu assumo esta opção política da Câmara.”-----

---- E não, não é uma resposta assinada pelo Senhor Vereador Manuel Salgado é, uma resposta assinada por um Diretor Municipal, que assumiu aí contornos de decisão política e assim anda a nossa Câmara Municipal, em matéria de urbanismo.-----

---- Portanto, exprimimos a nossa preocupação, pese embora este indeferimento estar projetado nestes termos, não achamos seguro e achamos importante alertar esta Assembleia e os cidadãos e as cidadãs de Lisboa, dos perigos de não serem considerados, nem serem tidos em conta elementos fundamentais do nosso Plano Diretor Municipal, como é que a Carta Municipal do Património.-----

---- E repito, a Carta Municipal do Património integra, também, bens não classificados para efeitos da lei do património cultural, integra aquilo que esta Assembleia Municipal no momento da aprovação do Plano Diretor Municipal entendeu que devia ser preservado.-----

---- E, portanto, ficámos aliviados pelo projeto de indeferimento, deste projeto mas, não ficamos tranquilos, não ficamos minimamente tranquilos quanto à salvaguarda pela Câmara Municipal da Carta Municipal do Património e do património de cultural desta cidade aí classificado, que tanto nos caracteriza.-----

---- E já agora para aqueles são mais defensores das atividades económicas e do comércio, um dia se começam a desaparecer, lá se vai essa galinha dos ovos de ouro.”

---- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

---- “Muito obrigado, Senhor Deputado”.-----

---- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

---- “Senhor Deputado Abel Batista Fernandes do CDS.”-----

---- **O Senhor Deputado Municipal, Abel Batista Fernandes (CDS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

---- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

---- Senhor Presidente em exercício, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhor Presidente não está, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.-----

---- O CDS quer saudar esta iniciativa dos petiçãoários e vai votar a favor desta recomendação.-----

----- Os cidadãos na sua ação e o comunitarismo ativo são os últimos guardiães da história, cultura e património de um povo.-----

----- Saber ouvir e saber acolher as opiniões dos cidadãos eleva a Política e os políticos.-----

----- Cuidar do passado também é construir o futuro. -----

----- Outras petições haverá, que embora menos virtuosas, serão todavia mais eficazes, designadamente, as uninominais, as do telefonema, as de gabinete, ou mesmo as de corredor.-----

----- Há petições uninominais que podem resolver um problema de estacionamento para 15 viaturas com bastante celeridade. Outras há, com centenas de peticionários que nunca mais se resolvem ou entram em espirais burocráticas, não inocentes.-----

----- O que está aqui em causa é a demolição de um edifício de estilo romântico de meados do século XIX, na Rua do Pau da Bandeira nº 1. -----

----- Entretanto a Câmara informou a proprietária da decisão de indeferimento do processo de obras, e decerto arranjará uma solução consensual. -----

----- O CDS acompanhará as recomendações da Comissão, entendendo que é primordial respeitar a arquitetura do edifício em causa, uma cocheira anexa ao Palácio dos Condes de Valença, e como cita o Artº 27 dos princípios orientadores sobre intervenção em imóveis, constantes da Carta Municipal do Património, “deve ser privilegiada a conservação do edificado...mas, também, os edifícios de acompanhamento que com eles compõem uma unidade urbana”.-----

----- Por isso, o CDS entende que qualquer intervenção futura deve respeitar o enquadramento urbanístico existente.-----

----- O CDS, deixa aqui a promessa aos peticionários e aos cidadãos em geral, e como sempre faz, que acompanhará de perto e com especial interesse, o desenvolvimento do processo urbanístico em apreço.-----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Saudamos a iniciativa dos peticionários e acompanhamos as preocupações manifestadas pelo projeto anunciado para o edifício sito, Rua do Pau da Bandeira n.º1.

----- Edifício que data a segunda metade do século XIX, foi utilizado como cocheira do Palácio Condes de Valença, durante muito tempo. -----

----- Quando a preservação do património tinha mais valor do que a especulação imobiliária, por duas vezes a Câmara Municipal de Lisboa estabeleceu que, edifício devia ser preservado. Chegando a propor intimar o proprietário, a proceder a obras de

reconstrução, no prazo de dezoito meses, sob pena de expropriação o que, nunca se verificou. -----

----- Em vez disso, neste preciso momento, a mesma Câmara Municipal avaliam um projeto que prevê a demolição integral deste edifício para construir no seu lugar, um prédio de quatro pisos e garagem. -----

----- Já sabemos que a Câmara tomou finalmente uma posição séria, vamos lá ver. -----

----- No entendimento dos peticionários o conjunto harmonioso, palacete, jardim e cocheira deve ser preservado na sua íntegra e impedindo assim a destruição deste exemplar de arquitetura romântica. -----

----- Também, consideram que o conjunto deve ser classificado pela Direção-Geral do Património Cultural pelo que, também, se solicita abertura do respetivo processo de classificação. -----

----- Foi referido que, o Palácio Condes de Valença está registado na Carta Municipal do Património com o código 26.25 e que, de acordo com o número três, do artigo 27º do PDM em vigor, deve ser privilegiada a conservação do edificado para a preservação da identidade cultural e histórica da cidade mas, também, dos edifícios de acompanhamento como é o caso. -----

----- Segundo informação do Vereador Manuel Salgado a proprietária apresenta um pedido de licenciamento para a realização da obra mas que, o projeto de arquitetura não se encontra aprovado e que, foi elaborado um projeto de decisão de indeferimento do pedido de licenciamento. -----

----- Acompanhamos, o que consta na Recomendação da 3ª Comissão Permanente, que a Câmara Municipal de Lisboa deve garantir uma solução arquitetónica, para que o edifício se enquadre com a zona envolvente e corresponda a uma correta preservação do imóvel. -----

----- Bem como que, a Câmara Municipal Lisboa dê conhecimento a esta Assembleia da evolução do processo de licenciamento e, ou entrada de novos projetos para o edifício. -----

----- É entendimento do PCP que, a Câmara Municipal Lisboa deve ter como obrigação, privilegiar medidas de conservação e proteção do edificado e, do património arquitetónico e arqueológico da cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Senhores Peticionários, Público em geral e Imprensa. -

----- É recorrente o aparecimento de preocupações na cidade, relativamente, à preservação da memória histórica. -----

----- Antes de mais, é de saudar o trabalho cívico dos peticionários que aqui trouxeram, extremamente bem documentada, esta situação e aquilo que sugerimos é

que, continuem nessa senda de atenção, porque aquilo que, neste momento, se antevê poderá ainda trazer algumas surpresas. -----

----- Vamos aprovar a recomendação, no entanto, preocupa-nos a linguagem quanto à preservação do imóvel, seja bastante ambígua e, portanto, daí este cuidado que acho deve ser mantido, relativamente, àquilo que vai ser feito ou que vai ser licenciado. -----

----- Achamos que, para se manter o espírito da preservação do imóvel, não basta como já foi referido, aliás, que seja respeitada a questão dos quarenta e cinco graus, na cobertura. É um imóvel do século XIX. Há uma traça que deve ser respeitada e, portanto, acho que devemos fazer um pouco mais pela preservação da memória histórica. -----

----- Iremos estar atentos, relativamente, a esta matéria, iremos acompanhar a informação que será trazida a esta Assembleia, que está no ponto número dois da recomendação, entrada de novos projetos para o edifício Pau de Bandeira. -----

----- Portanto, damos mais uma vez os parabéns aos peticionários e esperemos que a Câmara se mantenha fiel ao espírito de preservação. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado”. -----

----- Não temos registo de mais de inscrições para este ponto. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira, acabou por desenvolver a intervenção apenas e só na apresentação de recomendação e do parecer e, com uma apresentação bem detalhada e, portanto, não havendo inscrições. -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 028/01**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 6 IND. A **Recomendação n.º 028/01** foi **aprovada por unanimidade**.” -----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- **2. APRECIACÃO DA PROPOSTA 736/CM/2017 - VERSÃO FINAL DO PLANO DE PORMENOR DO ATERRO DA BOAVISTA POENTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 90.º DO DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 14 DE MAIO, QUE APROVOU A REVISÃO DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL; GRELHA G - LIMITE DE 2 HORAS;** -----

----- (A **Proposta 736/CM/2017**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer da 3ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Recomendação n.º 030/01 (3ª CP)**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou a sua intervenção: -----

----- “Vamos passar ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos. Apreciação da Proposta 736/CM/2017, versão final do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Poente, nos termos da proposta ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis.-----  
----- Esta é uma proposta que já está algum tempo na Assembleia Municipal que, foi objeto de intenso debate, de várias audições, chegou a ser presente a plenário para uma apreciação na generalidade mas, depois intendeu-se como já estava a 3ª Comissão a desenvolver os seus trabalhos e que, assim deveria prosseguir.-----  
----- Temos o Parecer da 3ª Comissão Permanente, o relator é Deputado Municipal Jorge Marques, temos a Recomendação n.º 030/01, oriunda da 3ª Comissão Permanente extraída desse Parecer. -----  
----- Portanto, vamos dar para iniciar este debate, a palavra à Câmara Municipal, Senhor Vereador João Paulo Saraiva, para introduzir o ponto da Proposta 736/CM/2017. -----  
----- Senhor Vereador, Ponto 2, Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Poente.-----  
----- A Câmara quer prescindir da apresentação e, portanto, vamos passar a palavra ao Deputado Municipal Jorge Marques para apresentar, não só o parecer, como a recomendação.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal, Jorge Marques**, na qualidade de Relator do Parecer da 3ª Comissão Permanente e da Recomendação n.º 030/01, no uso da palavra, fez a seguinte apresentação: -----  
----- “Senhor Presidente em Exercícios, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Cidadãs e Cidadãos. -----  
----- Hoje nesta Assembleia, vamos ter em apreciação a Proposta do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Poente.-----  
----- A aprovação deste Plano fundamenta-se, na necessidade de se promover a regeneração e reconversão urbanística de uma área central da cidade. Área em situação dearticulação urbana acentuada e em grande extensão ocupada por antigas estruturas industriais, degradadas e devolutas. -----  
----- A construção do edifício-sede EDP, a reconversão do Mercado da Ribeira, a requalificação da Praça e Rua Dom Luís I, foram intervenções urbanísticas recentemente realizadas no Aterro da Boavista, marcando o início de uma nova dinâmica nesta área da cidade. -----  
----- O modelo urbano proposto no Plano, agora em apreciação dá na essência continuidade ao modelo urbano, implementação na área adjacente, abrangida pelo Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente que, permite a libertação de área ao nível do solo, para fruição pública e conseqüente aumento da permeabilidade do solo, relativamente, a atual situação, fator relevante no combate aos impactos das alterações climáticas e no aumento da resiliência urbana. -----  
----- Não obstante, o impacto volumétrico das novas construções propostas, a salvaguarda do sistema de vistas existente é, efetuada recorrendo a uma implantação orientada, segundo o cadastro original nas parcelas, com recurso volumes edificados perpendiculares à margem do rio. -----

----- Os corpos edificados previstos, com uma implantação paralela ao rio, dispõe de apenas um piso, acima da cota de soleira por forma a não obstruir os ângulos visão a partir dos pontos dominantes. -----

----- A promoção de condições de acesso pedonais à margem do rio e de fruição da paisagem ribeirinha é, na proposta do Plano assegurada através da continuidade de ligações pedonais, promovendo as ligações físicas, enfiamentos visuais já existentes, caso da estrutura urbana dos antigos boqueirões. -----

----- Relativamente, à defesa dos valores e recursos ambientais a proposta do Plano desenvolve as orientações da estrutura ecológica fundamental estabelecida no PDM que, define uma estratégia integrada de valorização e salvaguarda dos sistemas naturais fundamentais. -----

----- No que respeita aos riscos naturais constata-se que, a área de intervenção apresenta algumas vulnerabilidades, pelo que foram consagradas no regulamento do Plano, regime de prevenção de riscos naturais e a trópicos mais exigentes do que os que constam no PDM. -----

----- Por fim, é relevante sublinhar que a proposta em análise, constitui mais um impulso na continuação da regeneração e revitalização de uma área urbana que, dando seguimento às orientações do PDM e contribuindo para melhorar, inclusivamente, alguns aspetos relativos à resiliência urbana desta área da cidade, face à situação atual. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Vamos dar a palavra ao primeiro orador inscrito.” -----

----- **A Segunda Secretária em exercício, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Antes de iniciarmos a apreciação do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Poente, Os Verdes relembram que sempre defenderam que deveria ter havido um único Plano de Pormenor para toda a malha envolvente da Rua da Boavista, porque se trata de uma área da cidade homogénea, do ponto vista social, económico, urbanístico e ambiental. -----

----- Convém recuar um pouco e relembrar que, em Maio de 2009, o Sr. Vereador Manuel Salgado afirmou que o objetivo da autarquia era que os planos para a Boavista Nascente e Poente fossem submetidos a discussão pública ao mesmo tempo, pois eram “dois planos muito importantes para a cidade”. -----

----- Porém, os sucessivos executivos decidiram elaborar dois Planos de Pormenor e a discussão pública simultânea não aconteceu. Após sete anos da aprovação do plano -----



para a Boavista Nascente, a CML apresenta a esta Assembleia uma proposta para o Aterro da Boavista Poente. -----

----- E isto aconteceu porque o executivo decidiu proceder apressadamente à aprovação do Plano de Pormenor da Boavista Nascente devido à enorme pressão exercida pela EDP para ali construir o seu edifício-sede, independentemente de poder vir a comprometer a coerência urbanística desejada para toda esta área da cidade. Foi um claro favorecimento à EDP! -----

----- Mas a Câmara não ficou por aqui. Voltou a trazer a esta Assembleia a proposta de adoção de normas provisórias, que veio contribuir para dar resposta imediata às expectativas manifestadas pelos proprietários. Mais uma vez, uma proposta em prol dos interesses imobiliários privados. -----

----- A realidade é que os projetos para aquela zona têm levantado sempre problemas. Não nos podemos esquecer que a primeira versão do Plano para a Boavista Nascente foi chumbada por esta Assembleia devido à excessiva volumetria, à descaracterização da frente ribeirinha da cidade, à falta de um estudo hidrogeológico, à falta de dotação de habitação a custos acessíveis, entre outros problemas. -----

----- Parte destas reservas e críticas mantêm-se, até porque o plano que hoje discutimos representa uma continuidade da mesma estratégia de ocupação do território. -----

----- Passando então ao Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Poente, obviamente, não pomos em causa a necessidade de requalificação desta zona, mas não nos revemos na proposta apresentada. -----

----- Há um conjunto de reservas que Os Verdes têm, principalmente porque a área de intervenção prevista é uma zona maioritariamente de aterro, devendo dar-se especial atenção à questão das várias caves para estacionamento subterrâneo. -----

----- São situações que contribuem para a impermeabilização dos solos, o que nos suscita as mais sérias apreensões pela susceptibilidade desta zona ao risco de ocorrência de inundações e à vulnerabilidade sísmica. A subida do nível médio das águas pode ter efeitos muito nefastos nesta zona, principalmente se considerarmos projeções que apontam para uma subida superior àquela que tem vindo a servir de base. Ou seja, estamos perante um problema que está a ser minimizado e, como se sabe, qualquer barreira subterrânea acaba por provocar alterações da água no solo. -----

----- É o próprio PDM que refere que é uma zona com “vulnerabilidade a inundações muito elevada” e com “susceptibilidade ao efeito maré directo”, além de ter um solo de “muito elevada vulnerabilidade a ações sísmicas”. -----

----- Perante isto, o princípio da precaução deve ser levado muito a sério e, apesar de o executivo afirmar que alguns destes aspetos serão tidos em conta, não é suficiente. -----

----- Importa também salientar que, numa das audições realizadas pela 3ª Comissão, tivemos oportunidade de ouvir um especialista em alterações climáticas que afirmou que se deveria dar especial atenção à precipitação e ao período de retorno, que passou de 100 para 20 anos. Neste plano, apenas estão a ser considerados 10 anos de período de retorno, o que é manifestamente reduzido. -----

----- Merece igualmente destaque o facto de, apesar de o plano estar em conformidade com o PDM, não atender expressamente aos riscos das alterações climáticas, uma vez que essa preocupação deveria constar de forma explícita na proposta, mas é omissa no Relatório da Fundamentação do Plano.-----

----- A propósito deste assunto, lembramos que quando discutimos aqui vários instrumentos relacionados com a mitigação e adaptação às alterações climáticas, Os Verdes chamaram a atenção para a necessidade de fazer refletir estas preocupações nos projetos a implementar na cidade, sob pena de termos um conjunto de boas intenções que de nada serviriam se não fossem efetivamente implementadas.-----

----- Apesar de esta versão já não prever uma grande torre como chegou a estar prevista em 2007, permite uma excessiva altura e volumetria, significa romper radicalmente com o edificado daquela zona e pode pôr em causa a caracterização da frente ribeirinha. É verdade que respeita o PDM, mas isso só demonstra o que este PDM permite e não significa que seja o correto e o mais adequado. Não nos podemos esquecer que estamos a falar de quatro torres com cerca de 9 pisos e cerca de 30 metros de altura.-----

----- Não será, portanto, de estranhar que as participações na discussão pública tenham referido precisamente que a solução que estava a ser proposta poderia comprometer a identidade de Lisboa e desvirtuar a zona da Boavista e a envolvente.-----

----- A proposta refere também uma área para equipamentos públicos, nomeadamente a instalação de uma creche e de um posto de limpeza, algo que esteve previsto no Plano da Boavista Nascente e que ficou sem efeito. Até ao momento pouco se sabe sobre os equipamentos a construir.-----

----- Por último, numa zona em que a especulação imobiliária tem uma presença flagrante, seria necessário haver habitação a custos acessíveis. Só assim se conseguiria resolver um dos grandes problemas da cidade, mas esta proposta não serve esse propósito e há-de servir outros interesses.-----

----- Perante estes factos, são muitas as críticas e reservas que mantemos em relação ao Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Poente, nomeadamente em termos urbanísticos e ambientais e aos seus impactos nesta zona da cidade.-----

----- Há um conjunto de aspetos que deveriam ter sido considerados e não foram. Muitos deles são transversais a toda a cidade mas, nesta zona, têm uma grande relevância e, sempre que surgir uma proposta nestes moldes e com opções desta natureza, terá naturalmente a oposição do Partido Ecologista Os Verdes.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada”.-----

----- **A Segunda Secretária em exercício, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Rui Costa do Bloco de Esquerda”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, de mais Público Presente e, Funcionários desta casa. -----

----- O Plano de Pormenor da Boavista Nascente, hoje em discussão, aliás, poente hoje em discussão, suscita-nos uma série de reservas, algumas das quais já aqui elencadas pelo Partido Ecologista, Os Verdes. -----

----- E, que se prendem, naturalmente, com, primeiro lugar, questões de segurança, que tem a ver com a natureza dos solos, serem solos de aterro e tem a ver com o nível de intervenção que vai haver nos edifícios, designadamente, na profundidade das caves. -----

----- E, a esse propósito citar só *en passant*, que da audição da Senhora Engenheira Laura Caldeira do LNEC, na qual infelizmente, por razões diversas não pôde estar presente da mesma. A mesma diz que, o rebaixamento solo pode provocar algum deslocamento dos edifícios vizinhos num raio de 200 metros, colocando em causa condições de segurança. Consta no relatório aqui presente pela 3ª Comissão Permanente. -----

----- Bom, mas fora as questões de segurança, também, ao nível das questões ambientais e a questão da subida do nível médio das águas do mar e, estando esta zona de intervenção situada numa zona ribeirinha do Estuário do Tejo, também, nos coloca sérias reservas. -----

----- Mas depois há um terceiro aspeto que, é o aspeto de utilização dos solos e do aspeto estético. -----

----- Lisboa e esta zona da Boavista, do aterro da Boavista têm optado de por uma estética, bem visível nalgumas cidades menos características que Lisboa. Eu recorde-me, por exemplo, de algumas cidades brasileiras, onde se privilegia a construção em altura na zona ribeirinha e isso terá, naturalmente, um forte impacto ao nível da paisagem e de quem vê Lisboa pelo rio. -----

----- Aliás, é particularmente curioso que, se abra um terminal de cruzeiros e depois se promovam estas obras, particularmente, quando estão junto de zonas históricas e características. -----

----- Aliás, não menos curioso é, a classificação na Carta Municipal do Património do edifício do IADE (Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing), autoria do Arquiteto Tomás Taveira, enfim, eu até nem desgosto de algumas das obras do Arquiteto Tomás Taveira, evidente estão critério pessoal e político. Mas o IADE tem a meu ver e, perdoar-me-ão a ignorância, os arquitetos presentes na sala, muito pouco interesse arquitetónico. A não ser, a não ser que, a sua classificação e integração na Carta Municipal Património, permite um alinhamento em altura dos edifícios que, ao de nascer a nascente, desse mesmo imóvel que agora se classifica. -----

----- Bom, ainda há pouco falávamos sobre o interesse e a classificação da Carta Municipal do Património, por aqui se vê, também, para que “raio pode servir”, perdoem-me a expressão, a classificação de imóveis como integrando da Carta Municipal Património. -----

----- Este Plano, infelizmente, também, não se traduz numa novidade para esta Assembleia Municipal, o seu irmão gêmeo foi aprovado sob contestação, não merecerá, não merecerá o nosso voto favorável, bem pelo contrário, Bloco de Esquerda, opõe-se de forma vivamente à aprovação deste plano e nem sequer, a recomendações elaboradas pela 3ª Comissão são suficientes, para acautelar os danos ou riscos. -----

----- Já se falou em princípio da precaução, emergentes deste plano. Poder-se-ia e dever-se-ia ter ido mais longe, no regulamento do plano e devia ser promovido a sua alteração em consonância com estas preocupações. -----

----- Mas ainda assim, pelas razões já enunciadas votaremos contra e, não estaremos aqui para dar chancela, a todo e qualquer projeto de desenvolvimento da cidade que, apenas pensa na maximização da rentabilidade dos solos privados e descarta a caracterização da cidade. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado”. -----

----- **A Segunda Secretária em exercício, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro do (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Este Plano Pormenor do Aterro da Boavista Poente segue o caminho do Plano de Pormenor, do Boavista nascente. -----

----- Trata-se de terrenos do aterro, com problemas já identificados e aqui discutidos, fortemente vulnerável onde se pretende construir em altura, de forma compacta, como é dito pela Câmara, com dois a quatro pisos de estacionamento subterrâneo, o que agrava os perigos sísmicos, já evidentes no Plano de Pormenor do Boavista Nascente. -----

----- Não estão considerados equipamentos públicos, necessários para aquela zona que vai ser sobrecarregada. -----

----- O sistema de vistas fica profundamente afetado, com perdas para os atuais moradores que aqui vieram queixar-se, já quando do Plano de Pormenor Boavista, Nascente. -----

----- Trata-se de construção elevada perpendicular ao rio, não há construção a custos controlados, haverá construção de habitação e escritórios a preços elevados, obviamente, bem a gosto da EDP e de outros interessados no negócio. -----

----- Com “cereja no cimo do bolo” haverá um hotel e o mais que se verá, quanto ao sacrossanto turismo rico. -----

----- O PCP irá votar contra o Plano de Pormenor da Boavista Nascente e, não deixa de apontar que a Recomendação da 3ª Comissão é, justa na chamada de atenção para a estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas e para o plano de ação para a energia sustentável e clima mas, tudo isto será para aplicar nos instrumentos de

gestão territorial, atualmente em elaboração ou a elaborar futuramente, ou seja, por pura ironia, não é para agora é para depois.-----

----- Salva-se o Ponto 3 da Recomendação, mas o Plano de Pormenor está feito e seguirá o seu caminho da outra parte do território do aterro, com a evidência da ganância e do abuso, desde logo de assédio da EDP e dos interesses maiores de quem não respeita a população local, nem a cidade, com a bênção da Câmara Municipal do PS, do PSD e dos Vereadores Independentes.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Mário Freitas do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Caros colegas.-----

----- Em relação à proposta 736/CM/2017 que, visa aprovar a versão final da Proposta de Plano Pormenor do aterro da Boavista Poente, o Partido da Terra, entende dizer algumas considerações.-----

----- Recordemos que o aterro da Boavista deve o seu nome devido à faixa de areal junto ao rio que se estendia pela atual Av. 24 Julho, entre o Cais Sodré e Santos, até meados do século XIX.-----

----- As atividades comerciais associadas à proximidade do rio Tejo, determinaram a toponímia deste local que, nos chega aos dias de hoje sobre forma de armazéns devolutos e em avançado estado de degradação.-----

----- Neste íterim, consideramos que a reabilitação desta zona é por consequente não só necessária como urgente, no entanto, entendemos que continuam haver situações que levantam sérias preocupações a este Grupo Municipal.-----

----- Apesar do Plano Pormenor para o aterro da Boavista poente, cumprir os ditames do Plano Diretor Municipal e, das opiniões favoráveis à concretização do projeto por parte dos técnicos convocados pela 3ª Comissão Permanente, do sentido perceber o impacto das alterações climáticas ao longo prazo.-----

----- Não deixa de ser evidente que, a concretização deste projeto irá configurar um forte impacto visual no perfil ribeirinho desta cidade que, consideramos extremamente negativo.-----

----- Entendamos, considerando a CERCII volumetria previstas para as quatro torres, talvez, a sua implantação se adequasse mais a outras zonas da cidade como fosse as Amoreiras ao Saldanha.-----

----- Por todos estes motivos, o MPT votará contra esta proposta.-----

----- Obrigado.-----

----- Gostaríamos de deixar a nossa declaração de voto escrita.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado, assim será, essa declaração de voto escrita que será, naturalmente, integrada na ata”.-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Deputados Municipal, Imprensa, Público em geral. -----

----- Este Plano de Pormenor vem na linha de outros planos que, tem existido desta zona e, começa-nos realmente a parecer que, a única lógica é maximizar o que está no PDM, nem critérios estéticos que, são sempre discutíveis, nem outros critérios. -----

----- Relativamente aos critérios estéticos, evidentemente, que acabamos por perder toda a imagem da faixa ribeirinha de Lisboa, se começamos a correr todos os edifícios nesta estética dos caixotes ainda, por cima mal orientados, será uma cidade irreconhecível e, os turistas que vem aportar ao terminal de cruzeiros, provavelmente cansar-se-ão bastante rápido. -----

----- Efetivamente, do ponto de vista estético e, do ponto de vista daquilo que pode significar um incremento para a imagem da cidade, este plano é um passo atrás. -----

----- E, portanto, relativamente ao plano em si, iremos votar contra, por todas as razões que já manifestadas, por causa da CERCI, por causa do peso excessivo, a questão do tráfego e do número de automóveis irá trazer para esta zona. -----

----- E, portanto, aquilo que podemos fazer é ao nível das recomendações, tentar minimizar os efeitos negativos. -----

----- E, para a minimização dos efeitos negativos e, foi isso que foi discutido na 3ª Comissão, nós solicitámos que pudessem vir técnicos do LNEC, da Faculdade de Ciências, tentar aclarar algumas questões, relativamente, às alterações climáticas, a evolução dos níveis médios das águas do mar e, em relação ao tipo de solo, em que a construção irá assentar. -----

----- Nestas questões técnicas, relativamente, ao nível médio das águas do mar, nós acreditamos que as projeções que foram utilizadas, são projeções extremamente conservadoras e, portanto, iremos dentro de poucas décadas, ter que tomar medidas, não será só no caso da Boavista, será provavelmente toda a zona ribeirinha da Lisboa, tomar medidas para que haja uma proteção de toda esta zona baixa. -----

----- Relativamente, às questões de solo que, também, são extremamente preocupantes, ficámos mais satisfeitos, creio que a Senhora Engenheira do LNEC, tirou maior parte das dúvidas que existiam e com razão porque, a diferença entre o aterro e a zona de *fishi* fosse diferente, podia ser extremamente preocupante. A forma como a questão foi colocada, não nos parece tão preocupante, embora a quantidade de caves nos preocupe, também, ao nível da livre circulação das águas subterrâneas.-----

----- Ou seja, há uma série de preocupações que temos, que foram dissipadas nestas audições e, portanto, nós iremos ter relativamente ao plano, iremos ter um voto contra, ao qual depois teremos uma declaração de voto escrita e depois iremos aprovar as recomendações da Comissão, relativamente à evolução futura. -----

----- Muito Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado”. -----

----- **A Segunda Secretária em exercício, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink, do PPM.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, boa tarde. -----

----- É verdade que a zona do Aterro da Boavista Poente caracteriza-se atualmente pela imagem urbana de degradação e abandono. -----

----- Encontrando-se uma grande maioria dos seus edifícios devolutos ou com usos obsoletos. -----

----- É verdade que aquela zona necessita de uma requalificação urbana, urgente. -----

----- É verdade que esta é uma zona, com características únicas na cidade e que o seu uso está para além daquilo que será esperado. -----

----- Somos, totalmente, a favor de uma requalificação urgente da nossa frente ribeirinha. -----

----- No entanto, o Plano apresentado é um futuro jazigo para a cidade, é um perigo para os moradores da cidade de Lisboa construir em altura, numa frente ribeirinha, numa zona de aterro, desvirtuando da arquitetura da zona. -----

----- E principalmente numa cidade, onde atualmente se tem debatido ainda, por cima nesta casa, a problemática de construção em zonas sísmicas e, o facto, de não ser rigoroso na sua maioria, como se viu aqui, também, o cumprimento das medidas de construção antissísmica, construir em altura na zona ribeirinha. Só trará problemas futuros para a cidade. -----

----- Há que respeitar, para além da segurança, o sistema de vistas, tanto da cidade para o rio, como do rio para a cidade. -----

----- Mas, a nossa maior preocupação é, sem dúvida saber que se pretende construir parques de estacionamento, de vários andares subterrâneos numa zona de aterro, repito, numa zona de aterro. -----

----- E, como se ouviu numa audição já aqui mencionada na 3ª Comissão de um especialista em alterações climáticas, afirmando, pasme-se. Que no caso de subida do nível do mar, a haver inundações na zona, poder-se-ia tornar o parque de estacionamento no reservatório de água e quando o nível baixasse, voltar-se-ia a estacionar carros, isto é fantástico. -----

----- Surreal, mais um pouco e teremos piscinas subterrâneas com carros híbridos. Para quando? -----

----- Concluindo, não nos revemos neste Plano, não nos pareceu claro todo este processo pelo que, obviamente, votaremos contra.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Não temos mais oradores inscritos e portanto vamos dar a palavra à Câmara Municipal para intervenção.-----

----- Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- Têm a palavra Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador, Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Muito boa tarde Senhores Deputados, eu vou tentar responder no fundo, as várias questões que foram colocadas.-----

----- E gostava por fazer aqui uma primeira explicação, que parece-me que é importante ter presente. -----

----- Os termos de referência do Plano de Boavista Poente, foram aprovados em 2004, ou seja no governo da Cidade da responsabilidade, do Presidente Pedro Santana Lopes e Carmona Rodrigues.-----

----- E, previam a demolição integral de toda área que neste momento está a ser objeto deste Plano de Pormenor e, mesmo antes de o Plano ter sido aprovado, toda área compreendida entre a Rua Dom Luís e a Av. 24 de Julho foi demolida e, de facto, o que existe hoje, à exceção do edifício do IADE é, um terreno vazio ocupado por um estacionamento automóvel mas, cuja demolição foi autorizada pela Câmara Municipal de Lisboa em 2004, 2005. -----

----- E, aliás, este Plano teve duas versões completamente diferentes, teve uma primeira versão em que, área a norte da Rua Dom Luís, até ao Conde Barão, era demolida, também, e com o decorrer do tempo, com os atrasos que este Plano teve, foi o próprio promotor que veio propor construir, na parte que estava já demolida e manter e reabilitar os edifícios na parte norte. E esta é uma alteração relevante que este plano de pormenor teve nos anos passados. -----

----- Agora, procurando responder às questões que foram postas e a primeira que é a preocupação que os Senhores Deputados revelam, em relação aos riscos da cidade. ----

----- Eu acho que é uma preocupação perfeitamente legítima e que deveremos, efetivamente, a calcular os riscos mas, no fundo, é isso que a Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a fazer. -----

----- E ainda recentemente, os Senhores Deputados receberam, enviado pelo meu gabinete, o relatório de progresso sobre os riscos naturais e entrópicos na cidade de Lisboa, em que relata, exatamente, todos os estudos que têm sido feitos e trabalhos que têm sido feitos, no sentido de atenuar o efeito dos vários riscos.-----



----- E relativamente, à questão da elevação do nível das águas, há um estudo que foi encomendado pela Câmara Municipal de Lisboa, à Faculdade de Ciências que, foi coordenado pelo Professor Carlos Antunes e que faz os cenários para 2050 e 2100. E do qual retirámos como condição para este Plano Pormenor, uma cota de soleira de três metros e oitenta, portanto, bem mais alta do que aquela que era a anterior, portanto, foi subir os edifícios e ao subir os edifícios atenua-se, exatamente, o efeito da subida das marés.-----

----- E quando, por exemplo estão muito preocupados e, eu também estaria, com a inundação das caves, exatamente, a forma de evitar a inundação das caves é a subir a cota de soleira de entrada das caves e adotar dispositivos para proteção de entrada das águas como, aliás, fez no CCB à 25 anos atrás e, como se fez já, mais recentemente numa zona que causticada por cheias que, era o caso de Alcântara, nos edifícios Alcântara 21, que adotaram, exatamente, esta solução e, deixaram de ter inundações. --

----- E, portanto, queria também referir que, em relação a esta exigência, ela é que mais profunda chamemo-la assim ou menos conservadora, a cota mais alta ainda do que aquilo que são definidos como parâmetros pela própria ONU, no que diz respeito às alterações climáticas.-----

----- O outro risco que foi aqui manifestado é, o risco de sismos, efetivamente, Lisboa está localizada numa cidade com risco sísmico mas, por isso mesmo nós temos regulamentos do cálculo das estruturas aos sismos que, acautelem estas situações e que são mais exigentes nas zonas com risco sísmico do que, nas zonas que não tem risco sísmico.-----

----- E, portanto, não é o risco sísmico que impede, por exemplo que tenha sido construída durante a Expo, a Torre, a chamada Torre Vasco da Gama e ela está lá e está de boa saúde ou que tenha sido construído o Oceanário que, está no meio da Doca ou outros edifícios que têm sido construídos na zona ribeirinha, só que, obviamente, tem que ter cálculos e estruturas que resistam aos riscos sísmicos.-----

----- Outra nota que eu queria referir e, não entrando eu, em critérios que estética pessoal ou critérios pessoais de estética que é um tema que eu sempre me recusei desde que estou na câmara assumir.-----

----- Devo dizer que, o Arquiteto Tomás Taveira já teve dois prémios Valmor atribuídos pela Câmara Municipal de Lisboa e, não me cabe a mim julgar a qualidade e os projetos do Arquiteto Tomás Taveira, nem considerar que, por ser do Arquiteto Tomás Taveira, o edifício não pode estar na Carta do Património, basta o simples facto de ter do prémio Valmor, para ser incluído na Carta do Património.-----

----- Queria só referir o seguinte, em relação à altura dos edifícios, eu, quer dizer, a mim, faz-me alguma confusão que se considere uma torre edifícios, cuja altura variam entre os sete e os nove pisos.-----

----- E, de facto, eu ao vir para aqui para a Assembleia Municipal, passo ali no cruzamento da Avenida de Roma, com os Estados Unidos da América, ou quando vou para casa desço os Estados Unidos da América e, aí há edifícios bem mais altos do que, aqueles que estamos a propor para aqui.-----

----- Dizem mas, edifícios com esta configuração vão desfigurar a frente ribeirinha, bom. É uma opinião, efetivamente, não parece que vão desfigurar e, o que me parece é que faz sentido, num terreno que está livre, porque ele foi todo demolido, construir edifícios, com aquelas características. -----

----- E mais, implantados como estão, aquela é a implantação correta porque é, a implantação que segue os antigos boqueirões que existiam naquela área. -----

----- Boqueirões eram ruas perpendiculares ao rio e que foi o princípio seguido pelo arquiteto, autor do plano que foi o Arquiteto João Luís Carrilho da Graça, prémio Pessoa, não é para lhe fazer publicidade neste, momento, mas, um dos arquitetos mais qualificados em Portugal e que tem, de facto, uma solução que me parece que, resolve bem que aquilo que é proposto. -----

-----Portanto, no fundo são as questões que foram suscitadas, essencialmente, questões dos riscos, questões da natureza dos solos e já agora aproveito para dizer que, foi distribuído, juntamente com o Plano, o relatório de avaliação da qualidade dos solos, o relatório do estudo hidrogeológico e o estudo geológico e o geotécnico preliminar, todos estes relatórios foram entregues, juntamente, com o plano e que acautelam e que, de facto, e que nos dão segurança que, todas as questões que têm a ver com os riscos foram devidamente acauteladas. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.” -----

----- **A Segunda Secretária em exercício, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Silvino Correia do PS.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, o Senhor Deputado Silvino penso que está inscrito para o Ponto seguinte. --

----- Estamos no Ponto 2 da Ordem de Trabalhos. Penso que iremos. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Peço desculpa.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada está aqui concentrada numa missão que eu lhe pedi, face à ausência de outros voluntários que, depois mais adiante na ordem de trabalhos vão perceber e, portanto, está aqui mais distraída a preparar apresentação de um relatório. -

----- Mas, penso que não temos mais inscrições. -----

----- A intervenção do Senhor Vereador Manuel Salgado, também, não suscitou mais inscrições. -----

----- E, portanto, vamos proceder às votações. -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 736/CM/2017**. Votos contra do PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, com a abstenção PSD e CDS-PP, votos a favor do PS e 6 IND. A **Proposta 736/CM/2017** foi **aprovada por maioria**.”-----

----- (Ausência de um deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos um pedido de declaração oral, do Bloco de Esquerda, se o Senhor Deputado Rui Costa, não se importar, vamos colocar primeiro à votação a **Recomendação n.º030/01**. -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 030/01**. Votos contra do PCP, sem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 6 IND. A **Recomendação n.º 030/01** foi **aprovada por maioria**.”-----

----- (Ausência de um deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Muito bem, microfone ao Senhor Deputado Rui Costa, para uma Declaração Oral, a não ser que prefira usar o púlpito, também, o pode fazer.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte **declaração de voto** oral : -----

----- “Obrigado Senhor Presidente.-----

----- Para anunciar à Assembleia Municipal que, para além dos fundamentos já expostos na intervenção e que justificaram o voto contra esta proposta, queremos alertar para que o programa de Governo da Cidade, prevê a reserva de vinte e cinco por cento na nova construção, de vinte e cinco por cento do edificado para habitação a custos controlados. -----

----- Este plano não contém semelhante norma regulamentar, e portanto, recusar-nos-íamos, também, a votar contra um documento que ofendesse de forma tão glamorosa, o programa do governo da cidade.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- O Partido Comunista Português vai também, apresentar uma declaração de voto escrita sobre esta proposta.”-----

----- **O Grupo Municipal do Partido Comunista Português** apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:-----

-----“*Declaração de Voto*-----

----- *Apreciação na generalidade da Proposta 736/CM/2017 – Versão Final do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Poente* -----

----- *e*-----

----- *Recomendação 030/01 (3ª CP)*-----

----- *Trata-se de terreno de aterro com problemas já identificados e discutidos na Assembleia Municipal de Lisboa, fortemente vulnerável, onde se pretende construir*

em altura, de forma compacta com 2 a 4 pisos de estacionamento subterrâneo, o que agrava os perigos sísmicos já evidentes no plano de pormenor da Boavista nascente. --  
----- Não estão considerados os equipamentos públicos necessários para aquela zona. O sistema de vistas fica profundamente afectado, com perdas para os actuais moradores. Trata-se de construção elevada, perpendicular ao rio. Não há construção a custos controlados, haverá construção de habitação e escritórios a preços elevados, de acordo com os critérios da EDP e de outros interessados em realizar negócios rentáveis. -----

----- O Grupo Municipal do PCP votou contra a Proposta 736/CM/2017 e em relação à Recomendação 030/01 (3ª CP), embora sendo justa na chamada de atenção para a Estratégia Municipal de adaptação às Alterções Climáticas e para o Plano de Acção para a Energia Sustentável e Clima, tudo será para aplicar nos instrumentos de gestão territorial actualmente em elaboração ou a elaborar futuramente. Ou seja, O plano está feito e seguirá o mesmo caminho do território do Aterro da Boavista Nascente, com a sede da EDP e dos interesses maiores, de quem não respeita a população local nem a cidade.-----

----- O Representante do Grupo Municipal do PCP-----  
----- - António Modesto Navarro” - -----

----- (Os Grupos Municipais do MPT e PAN, não entregaram a Declaração de Voto escrita referente à Proposta n.º 736/CM/2017). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou:-----

----- E assim sendo vamos passar ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos. -----

----- **3. APRECIACÃO NA GENERALIDADE DA PROPOSTA 402/CM/2018 - VERSÃO FINAL DO PLANO DE PORMENOR DO CASAL DO PINTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 90.º DO DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 14 DE MAIO, QUE APROVOU A REVISÃO DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 70º DO REGIMENTO; GRELHA G - LIMITE DE 2 HORAS.** -----

----- (A Proposta 402CM/2018, fica anexado a esta Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vamos dar a Câmara Municipal para apresentar o ponto. -----

----- O Senhor Vereador Manuel Salgado quer prescindir. -----

----- Temos inscrições, para este ponto, vamos dar a palavra aos oradores inscritos.” ---

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra agora sim, o Senhor Deputado Silvino Correia do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Silvino Correia (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Público em geral.-----

----- O Plano Pormenor do Casal do Pinto trás, de facto, uma oportunidade dos antigos terrenos, daquilo que era um antigo campo, um antigo campo dos TLP, o antigo bairro, o Bairro Casal do Pinto, uma antiga quinta de produção leiteira e hortícola, trás a oportunidade de reformar toda aquela zona, todo aquele território, de inserir um processo de coesão, relativamente, aquilo que se passa naquele território. -----

----- Porque, de facto, ao longo dos anos as situações foram sucedendo, foram deixando aquela zona que neste momento se encontra, devoluta, uma zona expectante. -----

----- Todas as situações que foram concorrendo para que isso acontecesse, a juntar a essas situações, da demolição dos antigos bairros e campo que, referi, também, houve uma situação, nomeadamente, o encerramento de um apeadeiro da CP. -----

----- O apeadeiro de Chelas provocou em toda aquela zona, nomeadamente, na parte inferior da Calçada da Picheleira a criação de um efeito “*gueto*” porque todo aquele território passou a não ter o dinamismo que tinha anteriormente, nomeadamente, por causa do encerramento deste apeadeiro e, de facto, este Plano Pormenor é a todos os níveis uma oportunidade de melhorar toda aquela zona.-----

----- Este Plano Pormenor traz-nos aqui a oportunidade da criação de uma nova centralidade na freguesia do Beato. Temos, depois daquilo que foi possível fazer ao logo dos anos, na criação de um espaço voltado para a população que é a zona da Mata Madre Deus e, o é Bairro da Madre Deus. -----

----- E agora esta parte da freguesia através deste Plano Pormenor poderá ter aqui, uma criação de uma nova centralidade que vai permitir, uma dedicação do espaço urbano a ser usufruído pelos habitantes da zona da Picheleira, nomeadamente, pelos habitantes de bairro municipais perto deste território.-----

----- Traz-nos, também, a oportunidade de termos equipamentos que há muito fazem falta neste território, nomeadamente, uma creche. A população da freguesia há mais de vinte anos que, não sabe o que é ter uma creche do seu território e, portanto tem que procurar fora da freguesia esta valência, de facto, isto é uma oportunidade histórica para a freguesia e para aquela zona em particular.-----

----- A questão da criação de um centro de dia. A freguesia tem um pequeno centro de dia situado na zona da Madre Deus mas que, de facto, é muito insuficiente para as solicitações, tem uma lista de espera de três, quatro vezes acima da sua capacidade e, de facto, é um equipamento que vem ajudar colmatar uma falha que existe na nossa freguesia. -----

----- Este Plano de Pormenor contempla zonas de lazer e, de facto, toda a zona do Bairro Picheleira tem uma carga habitacional muito grande e muito poucos espaços de lazer. E portanto, é com alguma expectativa que toda a população aguarda a concretização deste Plano Pormenor. É uma expectativa que tem já muitos anos, há muitos anos que a população aguarda por esta concretização. -----

----- E, de facto, dos vários problemas que vem ajudar a resolver, eu, também, menciono a questão do estacionamento porque, de facto, é um problema muito sentido

pela população da Picheleira e, de facto, este Plano Pormenor vem, também, aqui dar uma ajuda naquilo que é a resolução deste problema.-----

----- O plano inicial contemplava, cento e sessenta e seis lugares de estacionamento a mais, durante o período de discussão pública foi e pelas sugestões feitas, inclusivamente, por parte da Junta de Freguesia do Beato e, também, de alguns fregueses, foi possível aumentar este número de lugares, em cerca de quarenta. E, também, a disponibilização de uma parcela, que não está autorizada a sua construção, devido a estar perto de uma linha férrea, a disponibilização de mais oitenta lugares de estacionamento. -----

----- Por todas estas razões, este Plano é muito importante para este território, para esta parte esta freguesia é, muito importante para esta população e, de facto, com a concretização deste Plano, cumpre-se um grande objetivo de todos nós que é, fazer cidade e isso é muito importante para todos. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra agora sim, o Senhor Deputado Modesto Navarro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente-----

----- Globalmente, consideramos positivo o projeto que, foi apresentado, no entanto, na sessão única que foi feita durante a discussão pública, apresentamos algumas questões que não sabemos se foram tidas em conta ou não e, passamos a descrever: ----

----- Um. A promessa deste Plano Pormenor tem quase dez anos, o que faz que a realidade apresentada seja distorcida pelo tempo passado e o agravar dos problemas. --

----- Os temas em referência foram aprovados em 2009 e a proposta de modelo urbano foi aprovada em 2016.-----

----- Sendo positiva a ligação da Calçada da Picheleira com o outro lado da Freguesia, Chelas e Madre Deus, segundo o Plano, as entradas para o interior do Casal do Pinto morrem todas no espaço verde que é criado, não se criando nessa área dinâmicas suficientes que tenha atratividade. -----

---- A rede viária de atravessamento será impossível devido à topografia de terreno, sobrepõe a uma rede viária que controla o vale e dá acesso as novas construções e as existentes. Na nossa opinião, atratividade é o espaço verde em si próprio que, inclui uma zona de hortas e uma zona de desporto informal, e uma praça com equipamentos de recreio infantil, sendo que os equipamentos previstos confinam com essa praça. ----

----- Ligação à estrada de Chelas. Consideramos positivo o que está apresentado no Plano, nomeadamente, a ligação da Calçada do Teixeira à Picheleira, no entanto, deve-se ter em conta que, análise que é feita na parte desta questão, interligando mobilidade e transportes está completamente desatualizada uma vez, inclusive, que se

fala da freguesia será servida por uma estação/apeadeiro ferroviária, que a CP encerrou a mais de quatro anos, com agravante de mais tarde ser, também, encerrada a estação seguinte, Marvila. -----

----- Relembrar que, apesar do PCP ter exigido várias vezes que a Câmara e a Junta negociassem com a CP, a reabertura destes equipamentos, tal nunca veio a acontecer. -

----- Na questão na mobilidade, também, não corresponde o que está escrito “de a Freguesia estar bem servida de transportes”, para além do citado pela CP, o metro tem diminuído a sua capacidade de resposta e as estações tem menos condições, assim como a diminuição dos trajetos da carreira da carris, bem como os aumentos do tempo de espera com maior agravante aos fins de semana. Aumentaram as dificuldades de mobilidade dentro da freguesia para fora e vice-versa, neste sentido esta situação deve ser avaliada na execução do Plano Pormenor. -----

----- Os equipamentos sociais que se preveem são manifestamente insuficientes, para além, da sua capacidade ser diminuta, falamos do centro de dia e creche. Tanto um como outros equipamentos, não vão para além de quarenta lugares, numa freguesia de predominância de idosos, ter um centro de dia para trinta ou quarenta idosos e mesmo o seu lar não ir além dos trinta lugares, não resolve problema nenhum desta área. -----

----- O mesmo se pode dizer ao falar da creche, contraria, inclusive, o argumento de criar habitação para criar atratividade à freguesia para casais mais jovens, se neste momento a falta de creche é um problema candente esta situação não resolve nenhum problema e agrava o que existe. -----

----- Habitação, não é suficiente dizermos que existe três tipos de habitação, social, privada e mista, conforme foi afirmado na sessão. Deve haver uma quantificação e em número que sirva a população mais desfavorecida da habitação social e mesmo definindo bem em que condições de arrendamento, para além de alguma contenção de habitação privada para não alimentar a especulação imobiliária, uma vez que no Beato já se começa a ter, a presença do fenómeno chamado “alojamento local”. -----

----- Estacionamento. Apesar de se prever um número de lugares de estacionamento acima do previsto no PDM, cento e sessenta e seis lugares e os prédios a preverem garagem, os números são insuficientes até tendo em conta os moradores previstos. Se tivermos em conta que o problema de estacionamento, no Beato em geral e na Picheleira em particular, tem vindo agravar nos últimos tempos, estas propostas apontam não para soluções mas, para agravar o que existe. -----

----- A proposta que o PCP no Beato apresentou à Câmara acerca de dez anos e, da qual tem vindo a insistir para cá, da construção de um silo em altura que, servisse para estacionamento, continua sem resposta ou com argumentação do elevado custo da obra, quando de facto, resolveria em grande parte com uma perspetiva de futuro este problema. -----

----- Isto tendo em conta que devido à natureza dos solos se trona difícil ou mesmo impossível a construção em subterrâneo de um parque na mesma zona. -----

----- É uma falsa solução apontar para implementação da EMEL que, vai dificultar a vida e honrar principalmente os moradores, não contribuindo para a solução mas, sim para o problema. -----

----- Comércio local, tendo em conta a necessidade revitalização e dinamização daquela zona da freguesia, seria conveniente nos equipamentos a construir prever alguns espaços que pudessem vir a ser ocupados, pelo pequeno comércio que tem sido bastante fustigado nos últimos anos, levando ao encerramento de muitos estabelecimentos. -----

----- Ao mesmo tempo devia-se contemplar-se os espaços para a dinamização de atividades sociais, sendo positiva a criação de espaços verdes e de equipamentos de lazer que se preveem, consideramos que, faz falta algum equipamento de caráter cultural, com funções polivalentes, como dinamização da zona e dos seus moradores.--

----- Aqui deixamos estas contribuições para a discussão que se vai seguir na preparação do Parecer. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra agora sim, o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- Uma vez mais, a Câmara Municipal de Lisboa apresenta a esta casa, uma visão que tem para aquilo que será o futuro de uma significativa parcela do território. E como é que o faz? Apresentando-nos um plano com dez anos. Anos esses que, não viram qualquer alteração no ponto de vista daquilo que são as propostas que, traz fazendo jus àquilo que é a evolução do próprio território. -----

----- Não contemplando aquelas que são as principais insuficiências atuais desse mesmo território, dessa mesma comunidade, acenando com algumas soluções no que diz respeito a equipamentos mas que, soluções essas que não respondem às necessidades atuais desse território quanto mais, há aquelas que a deverão do seu crescimento urbanístico e da sua população. -----

----- Atrofia novamente, duas matérias essenciais no âmbito da mobilidade, tanto do ponto de vista da circulação, como do ponto de vista dos acessos por transporte público. -----

----- Mas mais importante, acena um conjunto de soluções no que diz respeito ao próprio estacionamento mas, mantém aquela que é uma visão da década de noventa, do que diz respeito à ocupação por parte daqueles que, querem fazer de Lisboa a sua residência. E ao fazê-lo, não só, não resolvem os problemas prementes daquela que é a possível ocupação, como pior, não resolvem aqueles que são os grandes problemas atuais e que com esta solução aumentarão inevitavelmente, a pressão nos territórios envolventes. -----

----- É, por isso diria mesmo uma década perdida este Plano de Pormenor e, é aqui que é importante fazer a reflexão, não que já a população tenha apresentado um



conjunto de contributos, já os vários partidos, também, o tenham feito mas, sobretudo pela forma como, ainda assim, a Câmara se mantém fechada num modelo que estava projetado para há dez anos e que hoje continua, inevitavelmente, desadequado não só às necessidades atuais mas, também, há aquelas que são inevitavelmente as necessidades futuras, de quem tem como missão antecipar os principais desafios de uma cidade. -----

----- E, por isso é inevitável, perante isto a posição do PSD, também, só pode ser uma posição contrária à aprovação deste projeto.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra agora sim, o Senhor Deputado Mário Freitas do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Caros colegas, Público presente. -----

----- Genericamente a proposta de Plano Pormenor do Casal do Pinto parece-nos bem conseguida, tendo em conta as características orográficas do espaço onde se localiza, que em muito condiciona potenciais soluções que seria muito mais lineares num terreno com outras características físicas. -----

----- No entanto, como referi o Plano de Pormenor como instrumento ornamento território, é um meio ideal para desde logo prever e estabelecer soluções de futuro, relativamente, alguns dos problemas mais prementes da cidade de Lisboa. Sendo um deles é o estacionamento e, isto muito especialmente na zona envolvente ao Casal Pinto, onde muitas construções coletivas antigas e outras mais recentes construídas sobre a supervisão da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente, através da então EPUL, não possuem garagens ou qualquer outra solução de estacionamento próprio.---

----- A realidade é que a falta de soluções faz com que o estacionamento, naquela zona seja assim anárquico e desordenado. O que faz com que, para além de ser inestético muitas vezes constituir focos de conflitualidade, para além de constituir a maior parte das vezes um obstáculo à circulação das viaturas dos bombeiros em caso de necessidade. -----

----- Caros colegas, esta última proposta de Plano de Pormenor, numa das suas vertentes aponta para a construção de moradias unifamiliares que possui uma área inferior a cento e cinquenta metros quadrados terão direito a um lugar de estacionamento e as que possuam uma área superior a cinquenta metros quadrados, terão direito a um vírgula cinco lugares de estacionamento, o que na nossa opinião, não faz qualquer sentido. No mínimo, estas moradias familiares deveriam ter dois lugares próprios estacionamento, especialmente aquelas com uma área superior a cento e cinquenta metros quadrados. Até porque, hoje em dia ambos os membros do

agregado familiar trabalham e, frequentemente possuem cada um, uma viatura própria. E os filhos tendem a permanecer no agregado familiar até bastante mais tarde, mesmo que empregados. Consequentemente tendem, também, em algum momento, possuir viatura própria o que, neste caso totalizaria já, três veículos automóveis. -----

----- Uma coisa é promoção e a defesa transporte público de qualidade, o que tem sido sempre defendido pelo MPT mas, isso não pode constituir uma posição, nem uma limitação da liberdade das pessoas, conceito que tanto presamos, para mais quando os transportes públicos, como todos sabemos, não possuem a qualidade mínima exigível a vários níveis.-----

----- Por último, no sentido de servir-se toda a zona envolvente ao Casal do Pinto, na sequência do já atrás transferido, deveria ser construído um parque estacionamento subterrâneo em silo, de uma lotação de lugares de estacionamento não inferior a duzentos lugares. Já que o Plano de Pormenor em referência só prevê oitenta lugares, num desses temas, mais quarenta lugares na via pública, o que é por demais insuficiente para todos os habitantes daquela área envolvente. -----

----- Face ao exposto, entendemos abstermo-nos na votação da presente proposta, deixamos a nossa declaração de voto escrita.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A sua declaração de voto escrita vai, normalmente, integrar a ata.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada Aline Beuvink.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Novamente, boa tarde a todos. -----

----- O Plano de Pormenor do Casal do Pinto, na Picheleira visa essencialmente promover a regeneração urbanística de uma área da cidade atualmente desarticulada que integra parcelas urbanas, não edificadas e carece de estruturação. -----

----- Promove articulação viária da área construtura envolvente, nomeadamente, através de ligações estruturantes gerando uma correta hierarquização das vias. -----

----- Visa garantir a revitalização e valorização funcional com incremento da função habitacional. -----

----- Satisfazer as necessidades ao nível de equipamentos de utilização coletiva, definindo os critérios da sua inserção urbanística e a sua respetiva localização. -----

----- Melhorar a dotação de áreas verdes de recreio e lazer, valorizando área do Plano e a sua interligação com as zonas limítrofes. -----

----- Configurar espaços públicos qualificados e estruturantes que fomentem a coesão social e o reforço da atratividade da área. -----

----- Reverter a imagem do espaço urbano existente e procurar a legibilidade para área imprimindo-lhe, identidade, estrutura e significado. -----

----- Não podemos esquecer que a poluição sonora proveniente da movimentação constante diária e rotineira dos comboios não proporciona uma boa qualidade de vida, pelo contrário, pode ser causar diversos problemas para quem habita perto de uma linha férrea. -----

----- Sabendo logo à partida que o ruído tem grande impacto naquela zona, gerado pelas infraestruturas ferroviárias de influência do Plano. Quais as medidas tomadas na construção de edificações com ligação direta para a Calçada Picheleira. -----

----- Relembramos, também, o parecer desfavorável da DGPC (Direcção-Geral de Património e Cultura), uma vez que não se constata que não é vertido articulado do regulamento do PDM de Lisboa, aplicável às áreas de nível arqueológico três, nem são contempladas quaisquer outras medidas de salvaguarda de património arqueológico. -----

----- Face aos pareceres favoráveis condicionados da Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, infraestruturas de Portugal e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, presentes na reunião e desfavoráveis da Direcção-Geral do Património Cultural, presidente e, da Direcção Geral do Território ausente. Resulta da conferência procedimental, que a proposta do Plano de Pormenor não reúne condições para prosseguir para discussão pública, nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, devendo a Câmara Municipal realizar a concertação com as referidas entidades.-----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Não sei se temos mais inscrito, Senhor Vereador Manuel Salgado.” -----

----- **O Senhor Vereador, Manuel Salgado**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados. -----

----- Eu, ficou um pouco surpreendido com a intervenção do Senhor Deputado Luís Newton porque, descreve no fundo este Plano como uma oportunidade perdida, uma vez que estamos a manter uma solução que era a solução antiga. -----

----- Eu não sei se o Senhor Deputado conhece em pormenor o que é que se passou neste terreno e com este Plano, mas em 1999 houve um concurso internacional chamada “Euro-pa” e a proposta que ganhou o “Euro-pa” para este terreno, era um conjunto de blocos de habitação coletiva com vários pisos, destinados a cooperativas de habitação. -----

----- Entretanto esse programa não andou para a frente, ficou parado e em 2009 foram aprovados os termos de referência da Câmara e foram desenvolvidos novos estudos. Estudos, esses integrados dentro de um estudo mais geral que é, o de ordenamento do Vale de Chelas, portanto, antigo Plano de Vale de Chelas que previa uma ocupação bastante densa de Vale de Chelas, incluindo em zonas de cheia, foi por decisão desta Assembleia Municipal, foi anulado esse Plano e, revogado o Plano e dando início a um Plano de Pormenor para uma área mais limitada que é, concretamente, esta área do Casal do Pinto.-----

----- A solução que está desenvolvida é uma solução muito bem adaptada a um terreno muito difícil, como uma geografia muito difícil, uma topografia complexa. Em que preserva o vale que, no fundo, a cabeça do vale era mais ou menos onde estava o campo dos CTT, e que se desenvolve depois até ao Vale de Chelas e que é o principal elemento estruturante deste plano e que, é um espaço verde, será um espaço verde de referência, o parque. -----

----- Em torno desta área é desenvolvido um projeto baseado em habitação coletiva mas, em moradias de dois pisos, portanto, uma solução, já para vos dar uma ideia, por exemplo que existe no Alto do Restelo, no projeto do Arquiteto Nuno Teotónio Pereira e, portanto, um desenvolvimento de habitação coletiva em que, tem previsto um ponto cinco lugares de estacionamento por fogo e que, esse um ponto cinco lugares de fogo, depende da solução agora que for implementada e que é possível obter essa capitação. -----

----- De qualquer modo, houve uma consulta pública e na consulta pública, houve três questões essenciais que foram suscitadas, a primeira que tem a ver, exatamente, com a questão do estacionamento e, relativamente, ao estacionamento foi previsto que no espaço destinado a equipamento coletivo, enquanto não existir o equipamento coletivo que terá estacionamento à superfície. Quando for construído o estacionamento no equipamento coletivo, haverá um estacionamento em subsolo, com capacidade para oitenta lugares. -----

----- Fora disso, na área envolvente, imediatamente, envolvente a este Plano de Pormenor, foram identificados todos os espaços expectantes que poderiam ser utilizados para estacionamento e feito o respetivo estudo e, chegou-se a uma capacidade de cerca de duzentos e trinta lugares de estacionamento que, vão ajudar a resolver o problema da Picheleira. -----

----- Quanto aos equipamentos, todas as áreas de equipamentos previstos nas cartas de equipamento estão contempladas e relativamente às creches, queria dizer que a Freguesia do Beato é, talvez, a mais martirizada no que diz respeito a creche na cidade de Lisboa. E por isso, neste momento, foram lançadas duas, estão previstas a construção de duas creches na Madreus que, aliás, já está o primeiro programa aprovado em câmara e outro aqui no Casal do Pinto. -----

----- Eram as notas que vos queria dar. E, por fim, relativamente, à questão da consulta, as entidades, a concertação é sempre feita, Senhora Deputada Aline. Os processos vão a Comissão de Coordenação Regional de Lisboa, Vale do Tejo que faz a conferência de serviços, são identificadas os aspetos que devem ser corrigidos, eles são corrigidos, voltam lá e tem o parecer final. -----

----- Concretamente, neste caso concreto, o que se passou, foi que havia uns blocos de habitação que estavam perto da linha de caminho-de-ferro e que, por questões de ruído, foi determinado pela CCDR que não poderiam ser blocos destinados à habitação mas, sim mudar de uso e mudar para serviços e foi isso que foi contemplado e, portanto, a partir daí já houve parecer favorável da Comissão de Coordenação Regional. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador. -----  
----- Entretanto, a sua intervenção suscitou mais um pedido de inscrição.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Luís Newton do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador. -----

----- “Tenho tido sempre por hábito, aquilo a que me parece ser em muitas circunstâncias, um fundamental respeito institucional, por aquilo que são inevitavelmente, as nossas diferenças e ou divergências relativamente a uma visão de cidade. -----

----- Acho de salutar e compreendo muitas vezes que, defesa mesma visão diferente, possamos às vezes, de forma calorosa, seguir linhas de argumentação que, enfim, que poderiam desafiar aquele que seria o limiar da cordialidade momento do debate.-----

----- Por isso, obviamente, não lhe levo a mal, a ignorância do Senhor Vereador em matérias de meu conhecimento sobre o território da zona de Chelas. Não é sua obrigação saber que, durante entre os anos 2005, 2007 tive o privilégio de trabalhar com a Vereadora Gabriela Seara na área do Urbanismo na Unidade Projetos Chelas, muitos dentro da zona que Vossa Excelência agora entende que, perguntar-me a mim se eu tenho conhecimento.-----

----- Senhor Vereador, também, não lhe levo a mal, Senhor Vereador, em determinado momento, ter essa divergência sobre matérias relacionadas com aquilo que é a visão que nós temos para a cidade. Portanto, aí, nesse primeiro momento, o Senhor Vereador, inevitavelmente fará a defesa da sua dama, que tem dez anos de atraso, relativamente, àquilo que é o desenvolvimento da cidade mas, ainda assim a sua dama. -----

----- E, isso está patente, inclusivamente, num conjunto de critérios, nomeadamente, na questão relacionada com o estacionamento, para a nova construção. Os índices de estacionamento para a nova construção como, também, para aquilo que lhe referi serem as limitações e, como diz o Senhor Vereador e bem que, que já neste momento pesam sobre o próprio território.-----

----- Agora tenho alguma dificuldade em aceitar Senhor Vereador que lhe possa ter passado pela cabeça que, na preparação do debate não tenha havido um estudo adequado das propostas que Vossa Excelência traz a este plenário. -----

----- Em primeiro lugar, seria da minha parte um desrespeito para com os cidadãos que me elegeram e que me tem aqui como seu representante e, convenhamos em segundo lugar seria, também, inevitavelmente, uma enorme desconsideração por Vossa Excelência vir aqui debater sobre matérias que, eventualmente, pudesse não estar devidamente informado.-----

----- Por isso, quero-lhe dar esta nota de forma muito clara, Senhor Vereador. Estou bem conhecedor da matéria, sou bem conhecedor daquele território, há muitos anos sou bem conhecedor daquelas que eram as realidades anteriores a 2007 e, daquela que foi a realidade que começou a ser pensada em 2009, o Senhor Vereador. -----

----- Por isso mesmo e, por ser tão conhecedor de todas essas diferenças e por ser, também, conhecedor daquilo que o Senhor Vereador trouxe hoje aqui e pelo respeito que me merece e todo o trabalho dos vereadores e em particular, obviamente, o interesse dos cidadãos de Lisboa, discordo profundamente do que nos trouxe aqui. ----

----- Já o expliquem e aceito que não tenha a mesma opinião do que eu. Fico sentido que, na base dessa divergência, venham alegações de eventual desconhecimento, porque isso, também, não faço. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Penso que não temos mais inscrições, Senhor Vereador pretende usar da palavra? Não. -----

----- Vamos então passar à votação da Proposta n.º402/CM/2018, apreciação na generalidade desta Proposta, versão final do Plano de Pormenor do Casal do Pinto. Recordando que, se esta proposta vier a se aprovada o procedimento regimental, que se segue, é o seu envio para a Comissão Permanente competente que, naturalmente, fará a sua análise e o seu trabalho na especialidade, para depois voltar a subir a plenário para uma apreciação final do Plano Pormenor do Casal do Pinto. -----

----- Vamos então votar na generalidade a **Proposta n.º 402/CM/2018**. Votos contra do PSD abstenções do CDS-PP, PAN, MPT, PPM, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, e 7 IND. A **Proposta n.º 402/CM/2018** foi **aprovada por maioria**.” -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT), não entregou a Declaração de Voto escrita referente à Proposta n.º 402/CM/2018)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou a sua intervenção: -----

----- “Então aprovada na generalidade a versão final do Plano Pormenor do Casal do Pinto, Proposta n.º 402/CM/2018 que será remetida à Comissão Permanente competente. -----

----- Vamos passar o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos.” -----

----- **4. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 20/2017 - PELA MUNICIPALIZAÇÃO DO BAIRRO PORTUGAL NOVO, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE: 51 MINUTOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

----- (A **Petição n.º 20/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 5ª Comissão Permanente** fica anexado a esta Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação n.º 031/01** (5ª CP) fica anexada à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou a sua intervenção:-----

----- “Apreciação da Petição n.º 020/2017 pela Municipalização do Bairro Portugal Novo, nos termos da petição das disposições regimentais aplicáveis.-----

----- Esta petição foi analisada e trabalhada na 5ª Comissão Permanente, o Deputado Relator foi o Senhor Deputado Fernando Braamcamp.-----

----- Temos uma recomendação, oriunda da mesma Comissão Permanente que foi extraída do seu Parecer, é a Recomendação 031/01.-----

-----Temos a nota que os senhores peticionários não podiam estar presentes, tendo sido ouvidos em sede de comissão mas, que entendiam que esta proposta de apreciação ou seja o parecer da comissão que, deveria ser aqui presente a plenário e a petição aqui apreciadas.-----

----- Tenho indicação oriunda da Comissão, de uma alteração para melhor precisar, uma dúvida que tinha suscitado na página sete, no ponto quatro das Recomendações, onde se referia que “se constituam um grupo de trabalho para, acompanhamento da situação com vista à sua regularização”, deve ler-se que, “se constituam um grupo de trabalho da Câmara Municipal de Lisboa para, acompanhamento da situação com vista à sua regularização”.-----

----- Temos, também, a indicação que por parte do Senhor Deputado Relator e de outros membros com responsabilidades na comissão que, também, pretendiam prescindir da apresentação do parecer e da recomendação. E por isso tomei a iniciativa, com um ato de voluntariado da Senhora Deputada Municipal Virgínia Estorninho para que, esta matéria não seja apreciada em plenário, sem a introdução dos peticionários e sem introdução da comissão, a Senhora Deputada Virgínia Estorninho, vai apresentar o Parecer da 5ª Comissão e a Recomendação n.º 031/01. Por isso, é que a Senhora Deputada, teve um ou outro lapso porque, estava a preparar essa intervenção.-----

----- Portanto, Senhora Deputada sem tempo porque, se substitui à Comissão na apresentação desta Recomendação e deste Parecer sobre esta apreciação que muito tem sido debatida e discutida. Não só noutras matérias que já vieram suscitadas a Plenário, mas também da Comissão.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, na qualidade de Relatora substituta do Parecer da 5ª Comissão Permanente e da Recomendação n.º 030/01, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia em exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Esta petição que foi subscrita por duzentos e sessenta e seis moradores foi analisada na 5ª Comissão, não vou ler todo o programa, vou salientar algumas partes. -

----- Hoje o Bairro permanece numa situação confusa no que respeita à propriedade das habitações que, quer por ocupações das casas de moradores falecidos, recorrendo

em muitas vezes ao arrombamento e até agressões, acrescento e, onde também é recorrente a transmissão honrosa, quer por venda, quer por arrendamento a outros. ----

----- O que tem contribuído tudo isto para a degradação do bairro, existe no bairro um clima de terror, dos antigos moradores e dos antigos associados, isso é patente quando lá vou. -----

----- Os peticionários apelaram assim, ao Governo, para a Secretaria de Estado da Habitação, ao IRU, à rápida municipalização do bairro para que, sejam regulados os direitos dos moradores ainda lá existentes e antigos cooperantes. -----

----- Demanda ainda, Assembleia Municipal que recomenda à Câmara que junto do Governo Central se encontre uma solução definitiva para a matéria patrimonial do Bairro Portugal Novo, nomeadamente, pela transferência da propriedade para o edifício, que se proceda ao levantamento de todas as frações do bairro e seus moradores e que a Câmara Municipal inicie o mais breve possível, as obras da sua recuperação. -----

----- Solicita-se ainda, Assembleia da República que recomenda ao Governo por termo as ocupações indevidas através do Ministério da Administração Interna e que dote a esquadra de Polícia de Segurança Pública existente nas Olaias, dos meios necessários para que possa fazer uma efetiva segurança naquele bairro e daquela parte da cidade.-----

----- Foi descendo à Comissão, foram ouvidos os peticionários, a Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, Doutora Paula Marques e a Senhora Presidente do IRU.-----

----- A Senhora Presidente da IRU informou que, dado o pouco tempo em que dirige a IRU, será entre a entidade da Câmara Municipal e a atual Secretaria de Estado que, tem a capacidade de resolver o problema não havendo para já calendarização.-----

----- Quanto ao relatório desconhece, sabendo que foi pedido e que, neste momento está a organizar o processo, dado haver necessidade de reunir a diversa documentação. É pena que não esteja reunido, porque já há muitos anos que andando a pedir isso. -----

----- Por seu turno, a Senhora Vereadora Paula Marques, apresentou a história do Bairro Portugal Novo, a sua origem, dos seus acontecimentos que levaram à atual situação que se vive lá no Bairro.-----

----- O Bairro Portugal Novo, assim como outros bairros em Lisboa, construídos ao abrigo do programa SAAL, lançados durante o PREC que este programa teve depois um fim repentino e que poderia ter evitado algumas situações que, hoje se verificam o que não aconteceu.-----

----- Explicado que o Bairro Portugal Novo do ponto de vista territorial é diferente dos outros Bairros SAAL, uma vez que os moradores iniciais são já muito poucos e pelo, facto, de não existir ainda um interlocutor, uma vez que não a Associação de moradores. -----

----- A Senhora Vereadora deu ainda conhecimento à Comissão que, quando a Câmara Municipal abordou, sucessivamente, tanto o IRU como a tutela, sempre deixou claro que essa solução não podia passar só pela Câmara Municipal e que teria, obrigatoriamente, de ser uma solução conjunta entre o município, a administração



central e a população. E comunicou ainda que já encetou contactos com a Secretaria de Estado da Habitação e com o IRU e que, neste momento, a Câmara Municipal e o IRU estão a fazer um levantamento de toda a informação que tem sobre este Bairro. ---  
----- Seguiu-se as perguntas dos Senhores Deputados que, isto cada um explicará das suas intervenções que for fazer.-----  
----- Mais, de todas estas audições, saiu a seguinte recomendação. -----  
----- Tendo o presente relatório aprovado pela Comissão, 5ª Comissão Permanente Habitação, bairros municipais e desenvolvimento local sob a Petição n.º 020/2017 pela Municipalização do Bairro Portugal Novo, ouvidos os peticionários e os restantes intervenientes a 5ª Comissão Permanente, propõem ao Plenário da Assembleia Municipal que delibera, recomendar à Câmara Municipal:-----  
----- 1. Que se proceda ao reinício das negociações com IRU.-----  
----- 2. Que se solicite ao GABIP Ex-SAAL e Autoconstrução o despacho 18P/2013 de 14 de Março de 2013.-----  
----- Elementos referentes a:-----  
----- 2.1 - Levantamento quantitativo de habitantes por fração,-----  
----- 2.2 - Levantamento dos fogos devolutos para a selagem,-----  
----- 2.3 - Identificação do Projeto Bip Zip neste bairro e respetivos resultados,-----  
----- 2.4 - Identificação da Comissão de moradores para acompanhamento dos trabalhos.-----  
----- 3. Que se proceda à elaboração de um relatório com as condições sociais e urbanísticas do bairro para envio à Secretaria de Estado da habitação para identificação de realojamento das famílias.-----  
----- 4. Que se constituam um Grupo de Trabalho da Câmara Municipal de Lisboa para acompanhamento da situação com vista à sua regularização-----  
----- 5. E que à Assembleia Municipal seja dado conhecimento da prossecução do conjunto de objetivos e metas e, os resultados da monitorização solicitada e do conhecimento dos objetivos e plano de trabalho das entidades envolvidas.-----  
----- 6. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que efetua um protocolo com a Secretaria de Estado da Habitação e o IRU com vista ao estabelecimento de uma metodologia concertada de intervenção no Bairro Portugal Novo que, possa contemplar, na medida do possível, os seguintes passos:-----  
----- 6.1 - Levantamento cronológico da evolução da implantação do bairro, com identificação das várias entidades responsáveis.-----  
----- 6.2 - Identificação do cadastro com a respetiva análise jurídica.-----  
----- 6.3 - Estabelecimento da metodologia de elaboração e execução do inquérito envolvente, para além da Secretaria de Estado da habitação, IRU também os serviços da Câmara Municipal de Lisboa, Junta de Freguesia, Polícia Municipal, PSP, INE.-----  
----- 6.4 - Levantamento da situação da segurança das estruturas dos edifícios que o recurso ao LNEC.-----  
----- 6.5 - Sensibilizar em colaboração com parceiros locais os elementos residentes do bairro ou descendentes não moradores, para a constituição de um núcleo provisório tendente ao surgimento de uma futura Comissão de Moradores.-----

----- 6.6 - Elaboração do Relatório com proposta Socio-Urbanística com cada, um a calendarização da intervenção e respetivamente afetação de verbas. -----

----- Eu acrescentava que sugerissem ao Montepio que, com certeza, todas estas pessoas que foram para este bairro, tiveram que pedir empréstimo ao Montepio e a determinada altura começou a deixar de se pagar, talvez o Montepio tenha a listagem dos antigos moradores.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Segunda Secretária por ter chegado à frente para apresentar o trabalho da Comissão e vamos agora passar aos oradores inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem agora a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício.-----

----- Muito boa tarde aos restantes Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas e Funcionários. -----

----- Em Dezembro do ano transato deu entrada na AML uma petição requerendo a municipalização do Bairro Portugal Novo, situado nas imediações da Rotunda das Olaias, e que, até ao presente, recolheu 638 assinaturas. Em simultâneo, esta petição era também dirigida à Assembleia da República. -----

----- Edificado na passada década de setenta pela antiga cooperativa de habitação SAAL ou ‘Serviço Ambulatório de Apoio Local’, há muito que este bairro se debate com uma situação física e patrimonial confusa. A cooperativa faliu em 1979 deixando dívidas e, desde então, o bairro vem apresentando um elevado grau de degradação e abandono. Tem sofrido sucessivas ocupações de casas, seguidas de arrombamentos, ocupação das habitações de idosos quando estes se ausentam temporariamente ou assim que falecem, com vendas e arrendamentos ilegais, empréstimos com agiotagem e até um recente assassinato, sem que tenha havido qualquer intervenção regulatória por parte dos poderes públicos. -----

----- Os peticionários partem do conhecimento de que no ‘Programa de Governação para a Cidade’ do actual executivo camarário consta a medida “intervir, no que toca à reabilitação sistemática, em áreas específicas da cidade que, por razões sociais, de degeneração do edificado, de isolamento, da falta de infraestruturas, ou ambientais, constituam zonas urbanas isoladas ou segregadas, à margem do resto da cidade”, nela se incluindo o Bairro Portugal Novo, na Freguesia do Areeiro. -----

----- Por este princípio, urge solucionar todas as anomalias descritas, estabilizando e dando qualidade de vida a todos os moradores. -----

----- É por isso que, por um lado, pedem ao Ministério das Finanças, à Secretaria de Estado da Habitação e ao IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - que seja regularizada a situação financeira, por forma a pôr termo às ocupações. Por outro, apelam à AML e à CML que pressionem o Governo por forma a que seja

encontrada uma solução definitiva para a situação patrimonial do bairro, nomeadamente que seja feito um cadastro por forma a saber quem são os habitantes de cada fracção do Portugal Novo, e se proceda à transferência da propriedade para o Município e a obras urgentes de recuperação do edificado e dos espaços envolventes.--

----- E é perante este contexto que consideram que apenas a municipalização permitiria regularizar e clarificar todas aquelas incongruências. -----

----- Parece ser por isso não apenas consensual como urgente a constituição de um grupo de trabalho composto pelas entidades com responsabilidades sobre o território e a participação dos moradores do Portugal Novo. Será também fundamental proceder-se à elaboração de um programa de intervenção urbanística, contemplando a necessária afectação de verbas e a calendarização da intervenção, que permita identificar a situação cadastral e as diversas condições sociais existentes, que seja elaborado um levantamento das famílias residentes, prevendo o seu eventual realojamento temporário durante as obras, permitindo o devido acompanhamento das soluções tendentes à definitiva regularização patrimonial do bairro. -----

----- O GM de “Os Verdes” agradece, assim, a pertinente iniciativa dos peticionários, reforçando o apelo à CML para que, em conjunto com o Governo e os habitantes, proceda a uma urgente reabilitação do Portugal Novo, repondo as inadiáveis condições sociais, ambientais, de segurança e de qualidade de vida que os moradores exigem e merecem. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem agora a palavra Senhora Deputada Isabel Pires do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Presidente em Exercício, Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas. -----

----- Relativamente à Petição agora em análise e cumprimentar, também, iniciativa que peticionário agora aqui, tiveram duzentas e sessenta e seis assinaturas.-----

----- O Bairro do Portugal Novo, como já foi referido, foi construído na década de setenta pela Cooperativa de Habitação SAAL e está neste momento, situado na rotunda das Olaias, sendo certo que com o passar do tempo acabou por, também, ficar de alguma forma escondido, do resto cidade porque, é difícil perceber que existe ali o Bairro do Portugal Novo, muitas vezes. -----

----- O problema que já não é de agora é, e tem que ver com a propriedade das habitações ao longo dos anos esta indecisão ou esta dificuldade em perceber quem é que tinha a propriedade das habitações, levou a que elas neste momento estejam com elevado grau de degradação, de abandono. -----

----- Já foram também referidos os problemas de ocupação de alguns fogos, sem se perceber, exatamente, quem é que está a morar lá. E, nesse sentido a audição como está referido no relatório à Presidente do IRU, veio confirmar muitos dos problemas identificados e alguns dos receios, também, que têm vindo a ser identificados e que estavam no cerne de alguma forma da própria petição. -----

----- Por isso, cumpre nos dizer, relativamente, às recomendações que são feitas pela 5ª Comissão achamos que, de facto, uma solução conjunta ou seja uma solução que inclua as várias entidades aqui envolvidas, para resolver aquilo que começou por ser um vazio legal e que hoje é um problema habitacional e um problema social. Deve ser feita, exatamente, envolvendo todas as entidades, também, seja o IRU, seja a Câmara Municipal ou através do pelouro da Habitação, PSD, INE mas, também, e acima de tudo, parece-nos importante incluir os moradores do Bairro do Portugal Novo e, para que não se corre o risco de na tentativa de resolver um problema que, existe se possa aumentar ou criar novos problemas. -----

----- Portanto, as pessoas que lá estão atualmente, também, não podem ou não devem ficar sem soluções alternativas, enquanto as obras não são feitas e, portanto, à custa de resolver ou tentar resolver um problema esta preocupação deve estar no centro, também, das próprias recomendações. -----

----- Apenas uma última nota, isto sendo um problema que se verifica já há muitas décadas na cidade de Lisboa, a verdade é que esta petição serviu para finalmente, existir uma recomendação que esperamos que seja, cumprida de forma célere não só pela Câmara Municipal mas, também, pela que pela Secretaria de Estado da Habitação e pelo IRU que são, também, responsáveis relativamente a esta matéria.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem agora a palavra Senhora Deputada Maria Luísa Aldim do CDS.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Maria Luísa Aldim (CDS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimas Senhoras Membros da Mesas, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Senhores Deputados, Caro Público Presente. -----

----- Começo por saudar a iniciativa dos peticionários para promover e pressionar o cumprimento do programa de governo para a cidade da Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da intervenção referente à reabilitação sistemática, em áreas específicas da cidade que, por razões sociais, de degeneração do edificado, de isolamento, da falta de infraestruturas, ou ambientais constituam zonas urbanas isoladas ou segregadas, à margem do resto da cidade. -----

----- Gostaríamos de saudar em especial os peticionários residentes no bairro. Sabemos que não é fácil dar a cara e enfrentar as pressões dos que não querem ver a situação resolvida. -----

----- O Bairro do Portugal Novo é composto por centenas as famílias que ali habitam e por diversos motivos históricos inerentes à constituição do Bairro, não conseguem regularizar a sua situação de habitação e transformando este problema numa bola de neve quer em questões de habitação, mas também sociais, como em problemas de segurança, de higiene e tantos outros desafios que merecem um olhar especial. -----

---- O Bairro do Portugal Novo tem sido um bairro totalmente esquecido e onde este executivo não demonstrou até à data qualquer pró-actividade de resolução das diversas problemáticas. Nada que nos surpreenda, infelizmente, porque se há alguma característica comum entre Fernando Medina e António Costa na gestão da Câmara Municipal de Lisboa, essa característica é sem dúvida a indiferença e desumanização da gestão da coisa pública. -----

----- Não é o caso deste Bairro porque não pelo menos por enquanto municipal, mas é o caso de tantos outros de gestão Camarária, em que a incapacidade de gestão e de entendimento de que é da vida e do bem estar de outras pessoas que estamos a tratar. É isso mesmo, por trás de um processo que para este executivo representa um número de processo, estão pessoas e estão famílias inteiras que só precisam de um tecto em condições. -----

----- Gostaríamos de poder dizer que a Municipalização seria a resolução de todos os problemas para o Bairro do Portugal Novo, mas sabemos que com este executivo socialista e bloquista, essa realidade é meramente um sonho. -----

----- Passado recente demonstra que nem a devida identificação do edificado municipal é feita. Pedimos diversas vezes quer em sessões de Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal que nos fosse indicado quantas casas estão devolutas, quantas casas estão vazias, quantos pedidos de acesso à habitação são requisitados e a resposta ora é inconclusiva, ora nem sequer é dada. -----

----- Mas mesmo não sabendo gerir, a Gerigonça de Lisboa em conjunto com a Geringonça do Governo Central, encontraram uma solução de passar as casas da Segurança Social para programas de renda acessível de Lisboa. -----

----- Noutro fórum colocar-se-á a questão de como o Governo favorece uma autarquia com o património de todos os portugueses, por aqui era bom percebermos, como a Câmara Municipal vai despender milhões na recuperação alheia quando o seu próprio património em ruína se mantém perante o olhar de todos. -----

----- Para nós incompreensível, naturalmente, mas este tem sido aqui o sentido das prioridades demonstradas por este executivo.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem agora a palavra Senhor Deputado Manuel Lage do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- Senhora Deputada Senhora Luísa Aldim, Senhores Deputados do CDS, o Partido Socialista, estava assistir atentamente a discussão que se fazia sobre a recomendação da 5ª Comissão e do debate profícuo que, se fez em sede de comissão e as recomendações aqui apresentadas e com a qual, naturalmente, concordamos porque, estamos todos no mesmo barco, no sentido de assumir a quota-parte de responsabilidade que, todos temos na cidade de Lisboa e, no país por aquilo que se passa neste e nos outros bairros e, acima de tudo de resolver os problemas das pessoas porque é isso que se pretende, resolver os problemas. -----

----- Agora Deputada vir aqui acima falar da geringonça da cidade. Geringonça da cidade, até parece que Vossa Excelência não teve responsabilidades na governação da cidade ou na governação do país e parece que o CDS-PP quando esteve à frente dos destinos da cidade que não estava lá um Bairro Portugal Novo.-----

----- Mas eu quero lembrar, Senhora Deputada quando o CDS-PP esteve à frente dos destinos da cidade, estavam lá este problema, quando o PSD esteve à frente dos destinos da cidade estava lá este problema. Mais quando esteve à frente dos destinos do país, quando foram responsáveis do IRU, estava lá este problema e os senhores nada fizeram. -----

----- Senhora Deputada é preciso ter muita lata, para vir aqui acima dizer que, a responsabilidade é do Partido Socialista e de uma geringonça de esquerda de municipal a nacional. Oh! Senhora Deputada tenha vergonha, os senhores não fizeram nada. -----

----- E vir agora aqui acima, aproveitar uma petição dos cidadãos e em sede de plenário, crítica, vir fazer aquilo que criticou que, outros partidos tentaram fazer em sede de comissão. Oh! Senhora Deputada por favor.-----

----- Quer dizer, nós assistimos em sede de comissão a uma força política tentar partidarizar e, partidarizar perante os peticionários dizendo, eu estive lá, eu dei o corpo às balas e todos nós criticamos e vossa Excelência vem o plenário fazer, exatamente, o mesmo.-----

----- Senhora Deputada, todos temos a nossa parte de responsabilidades, daquilo que é preciso fazer, aquilo que temos todos de fazer é resolver o problema do Bairro Portugal Novo e aquilo que esta Câmara pretende fazer, esta é, apresentar esta recomendação com o qual, naturalmente, o Partido Socialista se revê e pretende que, seja aprovado, de preferência por unanimidade, para que este executivo possa começar a resolver o problema do Portugal Novo e falá-lo-emos com o apoio do CDS ou sem o apoio do CDS, porque isto não vai parar.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Temos a Senhora Deputada Maria Luísa Aldim a pedir novamente a palavra, não, não. Estão só a dialogar os dois. -----

----- O PAN pediu à palavra. A Senhora Deputada Inês de Sousa Real e depois vamos inscrever o Senhor Deputado Modesto Navarro e a Senhora Deputada Maria Luísa Aldim, também está inscrita. Temos tempo e damos a palavra a toda a gente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Membros da Mesas, Caros Senhores Deputadas e Deputados e Vereadores, Público presente e demais Comunicação social.-----

----- Começa antes de mais por saudar os peticionários, pelo que nos vêm aqui trazer a esta Assembleia, sobretudo numa situação que já como aqui foi referido é tão complexa e tão difícil e que se arrasta há vários anos. -----

----- Saldo, também a 5ª Comissão pelo trabalho que foi feito, foi muito positivas as audições e esclarecedoras as audições que pudemos desenvolver. -----

----- Saudar, também, os relatores pois, de facto, em termos de recomendação, muito embora, não se vá ao encontro de tudo aquilo que é pedido pelos peticionários, as recomendações podem vir a traduzir-se em instrumentos importantes para que, finalmente se deu o pontapé de saída ou se comece a ter de alguma forma, desfiar este novelo que se transformou um bairro em pleno coração da cidade de Lisboa. -----

----- Os peticionários vêm aqui em suma, solicitar que se recomende à Câmara a municipalização deste bairro, a realização de obras recuperação e que se encontre, também, uma solução para a situação patrimonial em que se encontra e que recai como já foi aqui chamado num vazio jurídico-legal. -----

----- É ainda solicitada uma solução para as ocupações ilegais que se têm vindo a verificar e é, com preocupação que ouvimos, também, as questões sociais que são emergentes, nomeadamente, o absentismo escolar entre, também, outras questões relacionadas com idosos ou até mesmo situações de especial vulnerabilidade social que se arrastam naquele bairro. -----

----- O Bairro, tal como já foi referido foi construído na década de setenta pela Cooperativa de Habitação, no âmbito, do projeto Ex-SAAL entretanto falida e é, de facto, a degradação a que temos vindo assistir, tem contribuído, também, para a falta de segurança que já aqui foi relatada e que é amplamente conhecida na nossa cidade. --

----- Da própria audição da Comissão pudemos verificar que, existe uma complexa situação jurídica, ausência total do registo de propriedade das fações e, também, diferentes problemas sociais como a incapacidade de resolver este problema.-----

----- Não podemos ter aqui duas Lisboas, ter uma Lisboa sem rei, nem roque, dentro da cidade e uma outra para os turistas e, de facto, temos que olhar para esta problemática, independentemente da sua complexidade e finalmente, propor-nos a todos em conjunto, obviamente, não politizando aqui a questão, a tomar aqui uma solução para esta complexidade que, no fundo tem, também, alguns dramas sociais, atrás de si. -----

----- Apesar das recomendações, resultantes do trabalho da 5ª Comissão que acompanhamos, obviamente, na plenitude e apesar de não ir ao encontro da questão da municipalização que é muito mais complexa e recorro as palavras que tivemos

oportunidade de ouvir, no âmbito, das audições em que, o próprio arquiteto se encontrava desgostoso pela situação em que se encontra o bairro e conjecturar até a possibilidade de ele vir a ser demolido. -----

----- Portanto, não é assim tão fácil quanto isso acompanhar os peticionários no que, diz respeito à municipalização estão aqui, também, envolvidos outros interlocutores desde logo, uma Secretaria de Estado da Habitação e o próprio IRU que, também, tem as suas responsabilidades. -----

----- O que o PAN, obviamente, compreende, mas compreendemos, de facto, que é preferível ter um plano do que não ter plano algum e acho que é isto que esta casa se deve propor, precisamente. -----

----- Desde logo com o levantamento do edificado das ocupações existentes, da situação jurídica existente mas, acima de tudo das necessidades sociais que existem naquele bairro. Não nos podemos esquecer que o direito à habitação é antes de mais o direito a uma habitação condigna e, não é o que se verifica de todo neste bairro. E não podemos, por isso fechar os olhos. -----

----- O PAN irá votar favoravelmente, ao corpo recomendativo sem prejuízo de haver aqui uma nova avaliação e um acompanhamento sucessivo do desenvolvimento deste projeto que é ou pelo menos esperamos que seja e que, resultante esta petição recuperar de uma vez por todas o Bairro Portugal Novo. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem agora a palavra Senhora Deputada Aline Beuvink.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada reconhece que a Senhora Deputada Aline Beuvink, já estava inscrita, aqui perdida nos papéis.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Maria Luísa Aldim (PPM)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente, antes nos papéis que noutros lados. -----

----- Boa tarde a todos novamente. -----

----- Apreciamos hoje a Recomendação n.º 031/01 da responsabilidade da 5ª Comissão resultante do trabalho envolvido na análise à Petição n.º 20/2017 pela Municipalização do Bairro Portugal Novo. -----

----- A cinco de Março de 2018 foi apreciada e agendadas posteriores audições a saber. -----

----- Os peticionários apresentaram a resenha histórica do bairro, aludindo à existência de ocupações ilegais, afirmaram ainda existir cerca de trezentos fogos e mil e quatrocentos moradores, concluíram que a municipalização do bairro seria a melhor solução e, a maior garantia de segurança da propriedade. -----



----- O Presidente da IRU demonstrou fruto, provavelmente, da sua recém nomeação pouco conhecimento sobre a matéria, mas disponibilidade para procurar soluções adequadas. -----

----- A Senhora Vereadora Paula Marques, lamentou a inexistência de interlocutores por falta de representantes legais, comprometeu-se ainda que o exercício de algumas diligências junto da IRU e da Secretaria de Estado da Habitação. A solução deverá passar necessariamente por uma solução conjunta. -----

----- Das audições resultaram uma série de recomendações agora em apreço, sendo que, de forma genérica o PPM concordará com o que é proposto no relatório do parecer e é fundamental garantir o acesso à informação por parte dos habitantes do bairro, assim como, garantir medidas reais de acompanhamento. -----

----- A situação arrasta-se há décadas, como aqui já foi referido e o PPM está disponível para apoiar as demais formas legais de acompanhamento da situação, com o intuito de se atingir a resolução cabal deste problema. -----

---- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Modesto Navarro do Partido Comunista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu, sinceramente, perante esta situação que acompanhámos ao longo dos anos e, que já teve aqui várias situações discussão em que, a hipocrisia esteve presente. Não entendia que devido à situação complexa e ameaçadora que se vive no bairro e, perante os próprios petionários, nós não iríamos intervir, diríamos votar favoravelmente a recomendação. -----

----- Sendo que é uma solução, a municipalização que vai, obviamente, levantar problemas resistências desde logo, porque a Secretaria de Estado da Habitação, fica muito satisfeita por se ver livre e o IRU na mesma, desta situação e, depois se verá como é que tudo isto depois vai desenvolver-se e encaixar. -----

----- Mas, não é possível realmente ouvir aqui, discursos de uma força política, nomeadamente, forças políticas que, estiveram contra as cooperativas de habitação na cidade de Lisboa, em várias situações ao longo de décadas e vir agora fazer aqui, digamos, um grande anúncio de toda a sua entrega ao longo da vida em relação aos problemas das cooperativas de habitação e da habitação em Lisboa e, por isso mesmo vimos intervir, aqui estamos, a intervir para dizer, saudamos os petionários. -----

----- Só dizer que, o que era necessário, nomeadamente, na década dois mil, dois mil e dez era ter feito intervenção a sério, numa situação que era caótica e, extremamente, difícil de resolver. E isso não foi feito, não foi feito por quem esteve em maioria, digamos desse anos, nesta Câmara e nesta Assembleia, também, teve capacidade poder intervir, não intervém. Há atrasos, muitos atrasos. -----

----- Há hipocrisia e há vontade e há uma recomendação da comissão que é favorável à municipalização, vamos a isso, vamos por esse caminho, vamos lutar, mas é bom não esquecer que uma coisa é vir aqui fazer grandes declarações, outra coisa e depois trabalhar para resolver os problemas. -----

-----Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- Agora sim, não temos mais oradores inscritos e vamos passar à votação da Recomendação n.º 031/01, oriunda da 5ª Comissão e com aquela alteração que eu enunciei no início deste ponto que, se constitua um grupo de trabalho da Câmara Municipal de Lisboa, no Ponto 4 das Recomendações, página sete daquilo que é o relatório -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º031/2017**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 6 IND. A **Recomendação n.º031/01** foi **aprovada por unanimidade.**” -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-

----- **5. APRECIACÃO DA PROPOSTA 411/CM/2018 - CONTRATOS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS, NO ÂMBITO DO PROJETO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES SAUDÁVEIS, ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E AS FREGUESIAS DO LUMIAR E PARQUE DAS NAÇÕES, RESPECTIVAS MINUTAS DE CONTRATO E AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, COM ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ART.º 25.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO NO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta n.º 411/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 1ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação n.º 031/02 (1ª CP)**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez continuou a intervenção: -----

----- “Vamos a isso, o Ponto 5 na Ordem de trabalhos. -----

----- Apreciação da Proposta n.º411/CM/2018, Contratos Delegação de Competências, no âmbito do Projeto de Refeições Escolares Saudáveis entre o Município de Lisboa nas Freguesias do Lumiar e Parque das Nações, respetivas minutas de contratos atuação de recursos financeiros com assunção de compromissos plurianuais nos termos da proposta das disposições legais e regimentais, aplicáveis. -----

----- Temos uma nota do Senhor Deputado Rui Costa que se declara impedido. -----  
----- Temos um Parecer da 1ª Comissão Permanente, a Deputada Relatora é a Senhora Deputada Municipal Inês Drummond, extraído desse relatório, temos Recomendação n.º 31/02. -----  
----- E temos um conjunto de erros materiais, que foram devidamente retificados o documento foi substituído, foi distribuído mas, de todo o modo dar-vos conta desses erros materiais, em ambas as minutas, número um da cláusula decima segunda da minuta de contrato de delegação de competências, no âmbito, do Projeto das “Refeições Escolares Saudáveis”. Onde constava o presente contrato vigora durante o ano letivo 2018/2019 prologando-se automaticamente para o ano letivo subsequente, salvo por denúncia por uma das partes até ao dia vinte de Maio, deve acrescentar-se “de cada ano letivo”. -----  
----- No anexo um, da minuta de contrato delegação de competências, no âmbito, do Projeto das “Refeições Escolares Saudáveis” a celebrar com a Junta de Freguesia do Parque das Nações, a denominação da escola inserida na segunda linha do quadro, não estava conforme a denominação que, consta na proposta ou seja na proposta, a denominação usada é “Escola Ciência Viva”, no quadro em apreço era só Ciência Viva e passou a constar a denominação correta. -----  
----- No anexo B, da minuta supra-identificada constatou-se na expressão B, recursos financeiros que, o somatório das parcelas A, B e C, é inferior em um cêntimo, em termos financeiros sendo aprovado o montante superior, eventualmente, por arredondamento não implica alteração mas, foi-nos transmitido pela Câmara por rigor técnico foi, também, objeto de retificação.-----  
----- Eu ia perguntar se a Câmara apresentava a proposta mas, não estou a ver ninguém por parte da Câmara Municipal, está o Senhor Vereador mas, presumo que não queira apresentar as Refeições Saudáveis. -----  
----- E, portanto, vamos dar a palavra a Senhora Deputada Municipal Inês Drummond, como Relatora da 1ª Comissão Permanente e também para apresentar a Recomendação n.º31/02.”-----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----  
----- “Antes da Senhora Deputada começar a falar e para que não haja enganos, eu só tenho agora para esta proposta inscrito, o Senhor Deputado Sobreda Antunes, portanto, quem se quiser inscrever, inscreva-se.”-----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----  
----- “De preferência usando o telefone. Senhora Deputada tem a palavra para apresentar o parecer e a recomendação.”-----  
----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês Drummond (PS)**, na qualidade de **Relatora do Parecer e da Recomendação** da 1ª Comissão Permanente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigada, Senhor Presidente.-----

----- Através da Proposta n.º 411/CM/2018 a Câmara Municipal aprovou submeter a Assembleia Municipal a celebração de contratos delegação de competências, no âmbito do Projeto “Refeições Escolares Saudáveis” com as Freguesias do Lumiar e Parque das Nações. -----

----- Este tipo de propostas já foram objeto de análise aqui noutras circunstâncias para outras freguesias, nesta Assembleia Municipal pelo que já são do conhecimento de todos o âmbito do projeto. -----

----- A 1ª Comissão apreciou a proposta e aprovou submeter à Assembleia Municipal que, delibere recomendar à Câmara que, faça o levantamento de todos os trabalhadores que se encontra a prestar serviço nos refeitórios escolares, ao abrigo de contratos delegação de competência, isto tudo, tendo em conta o carácter permanente deste projeto, uma forma de os mesmos poderem vir a ser integrados no âmbito PREVPAP que pode, eventualmente, passar por aditamentos aos contratos delegação de competências. -----

----- A recomendar ainda à Câmara Municipal que, os contratos delegação de competências que venham a ser celebrados com as Juntas de freguesia passem a regular as relações entre os trabalhadores afetos ao exercício das competências delegadas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Sobreda Antunes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em exercício. -----

----- Começamos por recordar o que aqui dissemos na reunião da AML de 3 de Julho passado, aquando da análise das Propostas nº 335 e 361/2018 que vinham prorrogar os contratos de delegação de competências celebrados com outro grupo de Freguesias.

----- No anterior mandato há exatamente um ano, pela Proposta nº 418/2017, a CML argumentava que o fornecimento das refeições escolares era efetuado na rede das escolas públicas do 1º ciclo e pré-escolar, tendo em conta as particularidades estruturais e funcionais de cada estabelecimento de ensino, sendo adotada uma das seguintes modalidades: confeção no local, confeção por *catering* a frio e confeção por *catering* a quente. -----

----- Na atual Proposta nº 411/2018 admite-se, também, o fornecimento de refeições com *catering* a quente em 2 escolas da Freguesia do Parque das Nações, e 2 com *catering* a frio na Freguesia do Lumiar. -----

----- Todos sabemos que o sistema de confeção local sofreu diversos reveses nos últimos anos, tendo os sucessivos executivos camarário optado pela solução, aparentemente mais fácil, de delegar competências nas Juntas, ou no de veras bem

mais dispendioso sistema baseado na externalização do fornecimento das refeições escolares.-----

----- Senhor Vereador (que lamentavelmente já se encontra ausente), uma das questões que não vemos respondida na atual proposta é a avaliação que terá sido feita - se é que a CML, de facto, produziu alguma - sobre os contratos de delegação de competências, com serviço de *'catering'*, ainda em curso nas escolas públicas de Lisboa.-----

----- Agora que estamos no final do ano letivo de 2018, subsiste também a dúvida em se perceber quando é que as eventuais dificuldades de confeção no local irão, de facto, ser resolvidas em alguma das escolas protocoladas ou se se corre o risco de o Programa de Alimentação Escolar *'Crescer Saudável'* afinal poder perpetuar o regime de *'catering'*.-----

---- E, se ele se vai manter, “Os Verdes” perguntam qual a informação que será prestada pelo Município aos encarregados de educação, no início do próximo ano letivo, sobre a qualidade alimentar, e qual o calendário previsto para, no curto prazo, inverter o sistema de *'outsourcing'* nas escolas das Freguesias com estes contratos de delegação de competências.-----

----- Recordamos que no mandato antecedente, aquando da votação dos anteriores contratos de *'catering'*, tinha havido um consenso de que aqueles seriam os últimos concursos, e que dali em diante a confeção local seria a norma, porque, como afirmámos há 15 dias atrás, os esforços do Município e todas as suas prioridades devem ser canalizados para a melhoria das refeições das crianças do parque escolar. Objetivo que a CML sempre deveria ter em vista.-----

----- No entanto, parece que “Os Verdes” não vão obter respostas, perante a continuação da ausência da vereação.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado, Sobreda Antunes, efetivamente assim é, não podemos dar a palavra à Câmara.-----

----- Penso que também não temos mais oradores inscritos para este ponto e, portanto, assim sendo com as devidas correções materiais.-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 411/CM/2018**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 4 IND. A **Proposta n.º 411/CM/2018** foi **aprovada por unanimidade**.”-----

----- (Ausência de quadro Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Pedro Costa Lopes do Grupo Municipal do BE não participou na apreciação e votação desta Recomendação por impedimento legal)-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 031/02**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 4 IND. A **Recomendação n.º 031/02** foi **aprovada por unanimidade**.”-----

----- (Ausência de quadro Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Pedro Costa Lopes do Grupo Municipal do BE não participou na apreciação e votação desta Recomendação por impedimento legal)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou a sua intervenção:-----

----- Uma declaração escrita por parte PAN e, também, do Partido Ecologista “Os Verdes” fica registado, declarações de voto por escrito destes Grupos Municipais.”-----

----- **O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”**, apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- *“Declaração de voto sobre a Proposta nº 411/2018, na Assembleia Municipal de Lisboa de 17 de Julho de 2018*-----

----- *O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” optou por votar favoravelmente a Proposta nº 411/2018, apesar de ter constatado as seguintes discrepâncias:*-----

----- *Esta proposta pretendia manter a vigência de “contratos de delegação de competências, no âmbito do Projecto das Refeições Escolares Saudáveis, entre o Município de Lisboa e as Freguesias do Lumiar e Parque das Nações, respetivas minutas de contrato e afectação de recursos financeiros, com assunção de compromissos plurianuais”.*-----

----- *Embora “Os Verdes” se revejam nas vantagens do Projecto das Refeições Escolares Saudáveis, estranhámos o facto de se perpetuar o fornecimento de refeições com recurso à externalização de serviços, o que poderá dificultar a aplicação deste mesmo Projecto. Trata-se também de uma solução com a qual, anteriormente, a CML se tinha comprometido em abandonar. Com efeito, são mantidos, para 2018 e 2019, o fornecimento de refeições com ‘catering’ a quente em 2 escolas da Freguesia do Parque das Nações, e outras 2 com ‘catering’ a frio na Freguesia do Lumiar.*-----

----- *Reconhecendo-se que na cidade de Lisboa existem muitas famílias com carências socioeconómicas que as impedem de assegurar uma alimentação suficiente e equilibrada aos seus filhos, situação que urge inverter com toda a premência, recordamos que no mandato antecedente, aquando da votação dos anteriores contratos de ‘catering’, houve um consenso de que aqueles seriam os últimos concursos, e que dali em diante a confecção local seria a norma, o que afinal não se veio a verificar na presente proposta.*-----

----- *Hoje, em plenário, o PEV questionou a vereação sobre estas questões, para as quais, no entanto, não obteve qualquer resposta, o que se lamenta.*-----

----- *O GM de “Os Verdes” instiga, por isso, a CML a rapidamente reapetrechar as escolas com cantinas e refeitórios, com uma gestão pública e confecção local das refeições, a partir do ano lectivo 2018/19, assumindo também o Município a contratação de pessoal e não renovando os contratos com empresas externas fornecedoras de refeições escolares.*-----

----- Apesar de manter dúvidas sobre alguns dos pressupostos da Proposta n.º 411/2018, “Os Verdes” acabaram por a viabilizar, pelas vantagens que comporta para a comunidade escolar.-----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 17 de Julho de 2018 -----

----- O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”-----

----- Cláudia Madeira -----

----- J. L. Sobreda Antunes”-----

----- (O Grupo Municipal do PAN não apresentou a Declaração de Voto escrita)-----

----- **6. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 031/03 (1ª CP) RESULTANTE DO RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE O PROCESSO LEGISLATIVO DA DESCENTRALIZAÇÃO, APROVADO PELA 1.ª COMISSÃO PERMANENTE COMISSÃO DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO, RECURSOS HUMANOS E DESCENTRALIZAÇÃO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE - 34 MINUTOS;**-----

----- (A **Recomendação n.º 031/03** (1ª CP) fica anexada à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou a sua intervenção:-----

----- “Vamos passar ao Ponto 6 da Ordem de Trabalhos, apreciação da Recomendação n.º 031/03, oriunda da 1ª Comissão resultante do relatório do grupo de trabalho, sobre o processo legislativo da descentralização que, foi aprovado pela Comissão Permanente, Comissão de Finanças Património e Recursos Humanos e Descentralização, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis.-----

----- Tinha constado na ordem de trabalhos, uma grelha base foi consensualizado na conferência de representantes que, vamos ter duas grelhas base para a discussão deste ponto.-----

----- Vamos dar a palavra à Senhora Deputada Municipal Inês Drummond, que foi a Deputada Municipal Relatora e que, portanto, apresentará daquilo que foram os trabalhos de grupo e a Recomendação n.º 31/03.-----

----- Não é a Senhora Deputada, Inês Drummond é, a Senhora Presidente da Comissão Irene Lopes.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Maria Irene Lopes (PS)**, na qualidade de **relatora da Recomendação** da 1ª Comissão Permanente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Caros Colegas.

----- Venho apresentar então esta recomendação que, no fundo resulta do relatório da atividade que foi feita neste grupo de trabalho.-----

----- Recapitulando, em vinte de fevereiro de 2018, foi aprovado pela Assembleia Municipal a criação e mandato de um grupo de trabalho, sobre o processo legislativo descentralização, com representação de todos os partidos com assento na Assembleia Municipal.-----

----- No âmbito, do grupo de trabalho, procedeu-se à audição dos vinte e quatro Presidentes de Juntas de Freguesias, aos quais foi previamente entregue, um guião trabalho. Esse guião de trabalho resultou de várias reuniões em que, os constituintes do grupo de trabalho puseram as suas ideias e daí resultou esse guião, então apresentar aos Presidentes de Junta.-----

----- O grupo procedeu, também, a audição do Vice-Presidente da Câmara, Duarte Cordeiro e do Vereador das Finanças, João Paulo Saraiva. -----

----- Na sequência das referidas audições o grupo de trabalho elaborou um relatório final sobre a atividade do grupo, bem como, um conjunto de recomendações incluídas agora, na Recomendação n.º 031/03 da 1ª Comissão Permanente, que está em apreciação e que passo a enumerar resumidamente:-----

----- 1 - Revisão do elenco das missões de interesse geral e das vias e equipamentos de natureza estruturante.-----

----- 2 - Ajustamentos pela Câmara Municipal, relativamente, a materiais e cabimentos transferidos que se revelaram defeituosos ou obsoletos. -----

----- 3- Correção de insuficiências ao nível das instalações próprio de algumas freguesias.-----

----- 4 - A celebração de contratos em interadministrativos entre a Câmara e Juntas de Freguesia, designadamente, nas áreas da higiene urbana, equipamentos não contemplados nos autos de transferência. -----

----- 5 - Desenvolvimento de estudos para aprofundamento do ímpeto descentralizador, nomeadamente, nas áreas da FES, programação cultural, “tapa buracos”, licenciamento de quiosques e etc...-----

----- 6 - Avaliação pela Câmara Municipal da possibilidade de delegar nas Juntas de Freguesia, áreas onde a proximidade seja relevante, no âmbito, do processo de descentralização em curso na Assembleia da República. -----

----- 7 - Inclusão nos contratos delegação de competências, que tenham um carácter permanente de regulamentação das relações dos trabalhadores envolvidos, por forma a poderem ser integrados no PREVPAP. -----

----- 8 - Avaliação da possibilidade das freguesias terem uma participação nas receitas municipais, nomeadamente, taxa turística, publicidade, IVA, IMI, quiosques, estaleiros, contra ordenações, etc...-----

----- 9 – Que o Executivo municipal interceda junto do Governo e da Assembleia da República para as seguintes alterações legislativas. -----

----- a) - Reforço das verbas previstas na Lei n.º 56/2012 de 8 de Novembro, na sua redação atual, devido a regularização dos vínculos precários e ao descongelamento de carreiras.-----

----- b) - Revisão do Estatuto dos eleitos locais de Lisboa, nomeadamente, no que respeita a delegação de competências dos Presidente nos vogais e pessoal dirigente, a possibilidade de constituição de gabinetes de apoio aos órgãos da freguesia, ao alargamento do exercício do mandato em regime de permanência e, também, estatuto remuneratório.-----



----- Portanto, é, essencialmente, isto que está e penso que podemos considerar como concluído as tarefas deste grupo de trabalho para a descentralização. -----

----- Faremos uma última reunião, para aprovação das atas e daremos como concluiu, a não ser que, a Assembleia Municipal entenda que este grupo de trabalho deva continuar que, penso que não é o caso. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Vamos então passar aos oradores inscritos, temos vários.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “A seguir é o Senhor Deputado Sobreda Antunes, tenho depois o Senhor Deputado Rui Costa, Senhor Deputado Diogo Moura, o Senhor Deputado Modesto Navarro, a Senhora Deputada Inês Drummond, Senhor Deputado Mário Freitas, Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada Aline Beuvink e mais inscrições, agradeço que, usem o telefone aqui para a Mesa, por favor e vamos dar a palavra ao Senhor Deputado Sobreda Antunes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, de novo muito boa tarde a todos. -----

----- Em primeiro lugar, merece ser destacada a falta de originalidade da maioria das recomendações inseridas no presente relatório do Grupo de Trabalho sobre o Processo Legislativo da Descentralização. Com efeito, parte substancial não passa de meras transcrições das recomendações previamente contidas na Recomendação n.º 11/02 (da 1.ª CPFPRHD) sobre o 8.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa. Até aqui, nada de novo. -----

----- Em segundo lugar, metodologicamente optou-se por se proceder a audições a todos os presidentes de Junta. E houve um traço comum: entre algumas loas ao desenrolar do processo, não se pôde deixar de ouvir um diversificado leque de falhas na forma como o processo de transferência se processou e que hoje abertamente criticam. Até aqui, mais uma vez, nada de novo, pois o GM de “Os Verdes” sempre apontou, ao longo das nossas intervenções sobre os 8 relatórios de monitorização, as complicações reportadas pelo GAMRAL que pouca mudança sofreram ao longo dos cerca de 4 anos de ‘reforma’. -----

----- Em terceiro lugar, se é certo que ninguém poderia ter expectativas num desenlace sem percalços, saltou à vista toda uma impreparação e precipitação políticas do Município na condução de uma reforma que não foi devida e previamente ponderada, sem audição prévia aos municípios e trabalhadores, que abandonou nos braços das

Juntas inúmeras situações, deficiências e disparidades por resolver, e que geraram sobressaltos e dúvidas nos cidadãos, que nunca foram minimizadas.-----

----- Em quarto lugar, foi o próprio GAMRAL quem sucessivamente constatou os impasses na resolução das incongruências com que Lisboa se deparava, como, por exemplo, a falta de uma visão estratégica, de ações integradoras, trabalho em rede e maior participação cívica dos cidadãos, exigindo “instrumentos e estratégias mais comuns face ao espaço público de cada território de Freguesia”, ou seja, uma coordenação abrangente sobre os espaços e equipamentos tidos por estruturantes. Daí a origem de algumas das tardias recomendações contidas no presente relatório. Pelo que, outra vez, voltamos a ter mais do mesmo.-----

----- “Os Verdes” sempre defenderam que era indispensável proceder-se a uma reavaliação dos meios, recursos e equipamentos municipais que são estratégicos e exigem uma visão integradora, de modo a permitir otimizar uma gestão comum e de economia financeira, em prol de uma melhor qualidade de vida dos lisboetas, pelo que vir o relatório falar no “aprofundamento do ímpeto descentralizador” não passa de um contrassenso.-----

----- Por último, convém citar a Constituição da República Portuguesa, cujo Art.º 237º prevê o princípio da descentralização administrativa, salvaguardando o Art.º 267º a “necessária eficácia e unidade de ação da Administração e dos poderes de direção, superintendência e tutela dos órgãos competentes”. Hoje, o que está em causa em nada se assemelha a esta descentralização, mas apenas ao reforço individualista dos poderes de cada Junta.-----

----- O processo legislativo continua em discussão na Assembleia da República, enquanto persistem divergências e desigualdades a nível nacional. O processo reformista em curso parece, por isso, incompatível com o princípio constitucional de descentralização. -----

----- Senhor Presidente, pelo exposto e tal como o Grupo municipal de “Os Verdes” anunciou durante a votação das deliberações do presente relatório, em sede de comissão, requeremos a votação em separado das suas recomendações.-----

----- Obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado, Sobreda Antunes, se bem percebi será a votação ponto por ponto, de todos.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- O grupo de trabalho foi constituído, fundamentalmente, para se debruçar sobre um quadro de alterações legislativas que seriam adequadas à reforma administrativa de Lisboa, no presente momento.-----

----- Não foi possível do trabalho produzido no grupo de trabalho, preparar em tempo e tendo em conta a precipitação do processo de descentralização, o que quer que fosse de adequado a esse desidrato mas, ainda assim, ficam nas recomendações algumas opções que o grupo de trabalho, de forma quase unânime entendeu importantes para este debate.-----

----- Sobre esta matéria de descentralização, é bom lembrar que o processo de descentralização de Lisboa, portanto, de transferência de competências do município para as freguesias, é um processo único em termos nacionais. E é um processo que gerou uma sobrecarga de competências e, por vezes uma míngua de meios e não só meios financeiros, também, ao nível dos recursos humanos nas freguesias da cidade. --

----- Este relatório e estas recomendações traduzem a realidade daquilo que se foi passando na cidade Lisboa, o mesmo agenciamento de pagamentos e de execução de determinar as tarefas que é criticado, claramente, pelo Bloco de Esquerda, o atual processo de municipalização e das competências que viram para os municípios na sequência da Lei-quadro e de transferência de competências para os municípios, se verifica um pouco aqui e ali em Lisboa.-----

----- As Juntas de Freguesia são uma válvula de escape para as ineficiências de um município cuja estrutura é pesada, muitas vezes com dificuldades ao nível da contratação pública e da resposta a necessidades locais.-----

----- E vamos dizer a verdade, com todas as perversidades que se possam, eventualmente, dar ao nível do processo de descentralização de competências e de reforma administrativa em Lisboa, as freguesias têm suportado, de uma forma hercúlea muitas vezes, aquilo que o município não consegue fazer de forma eficiente. -

----- No meio deste processo, há vítimas. Há vítimas de viverem num limbo, de não saberem se são funcionários do município ou são funcionários de freguesias, refiro-me aos trabalhadores que desenvolvem funções, no âmbito, das competências que o município delegou nas freguesias. Tiveram dificuldades no acesso ao PREVPAP e o município, também, não tem cumprido um princípio fundamental que é, o de garantir a estabilidade contratual desses trabalhadores e que, é garantir que nos contratos de delegação de competências que, importem uma necessidade permanente de recursos humanos de assumir as suas responsabilidades, nessa matéria.-----

---- Essa recomendação, aliás, aqui bem advertida e para nós fundamental. Não adianta que o município despeje competências para as freguesias, se não dá as garantias de estabilidade, aos trabalhadores e as garantias de qualidade aos serviços. Não se pode num processo de descentralização, colocar dificuldades financeira a entidades, com mais freguesias para a prossecução de competências do município. -----

----- Assim só conseguiremos, um pior nível de serviço aos cidadãos e aos utentes dos serviços, uma pior garantia e dignidade dos direitos laborais e sobretudo diminuir os eleitos locais das freguesias que, têm tanta dignidade institucional e constitucional como os eleitos locais dos órgãos do município.-----

----- Que estas recomendações permitam traduzir-se a final num processo equilibrado, em que o nível de serviços, o nível de financiamento e as garantias dos trabalhadores, sejam as mais adequadas para garantir a qualidade dos serviços públicos. -----

----- E, nesse sentido, acompanharemos recomendações na certeza, porém, de que estaremos vigilantes aos desvios e as deficiências do aprofundamento deste processo de descentralização.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Caras Secretárias, Caros Vereadores, Caros Deputados Municipais, Caro Público, funcionários. -----

----- Quería, obviamente, em primeiro a felicitar aquilo que foi o trabalho desenvolvido ao longo de alguns meses por este grupo de trabalho e que tem por base aquilo que foram os relatórios da modernização da reforma administrativa mas, obviamente, também, felicitar os relatores pela redação, passe a redundância deste relatório. -----

---- Dizer, também, que esta presente discussão teve como ponto de partida, a reflexão sobre a aplicação da reforma administrativa da cidade de Lisboa, nomeadamente, a Lei n.º 56/2012 e as consequências positivas e também menos boas, naquilo que é a transferência de meios e competências definitivas para as juntas de freguesias. -----

----- No envolvimento deste processo que, o CDS sempre considerou positivo, face ao papel da Junta de Freguesia de proximidade e rápida resolução dos problemas dos seus municípios, ficou claro que existem deficiências no mesmo, dos meios financeiros aos meios técnicos e humanos. -----

----- E é com essa experiência e saber adquirido durante os primeiros quatro anos de mandato que, esta Assembleia pode debruçar-se com conhecimento de causa e a através dos “*inputs*” que foram dados no grupo de trabalho pelos Senhores Presidentes de Junta, partir para um trabalho de avaliação e apontar medidas e, necessidade alteração, quer na delegação de competências mas, principalmente nas alterações ao enquadramento legal, designadamente e, desde logo, a Lei n.º 56/2012. --

----- No momento em que a Assembleia da República discute a proposta de Lei n.º 62/2012, importa que o município de Lisboa através deste órgão, face ao processo legislativo reorganização territorial específico para Lisboa, cumpra o papel de alerta para as matérias que dependem da decisão do Parlamento. -----

----- Julgo que, todos concordamos, com o facto que era expectável de que, o impacto da reforma administrativa nos primeiros anos fosse difícil. Difícil por ser um processo novo e único, difícil porque, a passagem definitiva de competências do município

para as Freguesias se reveste inúmeras dimensões, desde logo, ao nível dos recursos humanos, de equipamentos e espaços, à regulamentação e normas de funcionamento. --  
----- E certamente tentar clarificar as matérias em que antes da reforma, as regras eram iguais para todo o território e, após esta, as suas mudanças. E são mudanças que implicam adaptações significativas nas estruturas locais de cada órgão mas, também aos municípios e às empresas fixadas o que operam em Lisboa. -----  
----- Foram várias as áreas em que o CDS ao longo do tempo foi chamando atenção para a necessidade de haver uma maior reflexão entre a Câmara e Juntas e nalguns casos equidade. -----  
----- Falamos do caso dos mercados, da aplicação dos valores de taxas e licenças, do acesso a equipamentos coletivos, nas regras e critérios regulamentares, até à gestão do espaço público. -----  
----- Da análise da reforma o CDS constata empenho das Juntas, em resolver os problemas do dia-a-dia do seu território, pesa embora que, em muitos casos a indefinição clara de espaço estruturantes e as constantes modificações no espaço público, coloquem areia na engrenagem e exijam daqueles que em primeiro lugar dão a cara junto da população, a encontrar soluções alternativas e muitas vezes imaginativas face aos recursos existentes. -----  
----- Veja-se a título, de exemplo, á cabeça a higiene urbana mas, também, toda a gestão do espaço público e do arvoredo. -----  
----- Apesar do esforço que a Junta de freguesia fazem diariamente para cumprir com as suas obrigações, parece-nos claro que muitas das competências próprias adquiridas na reforma, não tiveram o devido acompanhamento e reforço necessário ao nível de recursos financeiros, humanos e técnicos. Em muitos dos casos alertamos para o, facto, que as Juntas não deveriam aceitar novas delegações de competências, se as mesmas não fossem acompanhadas dos meios suficientes para cumprir o seu objeto. ---  
----- E mesmo no âmbito da reforma, assistimos a Juntas de Freguesia a receberem cadernos de encargos pesados por parte da Câmara, desde logo equipamentos obsoletos, espaços degradados ou até uma listagem de árvores para abater, com o devido relatório fitossanitário mas, que a Câmara não diligenciou em tempo devido e, neste momento ficaram, também, expostas as fragilidades da máquina camarária. Era muita responsabilidade a transferir em tão curto tempo e as Juntas fizeram e continuam a fazer o seu melhor. -----  
----- Face a este cenário à que pugnar para que Câmara e Assembleia da República, reflitam sobre o processo de Lisboa e que possam, clarificar, melhorar, retificar procedimentos normativos, enquadramento legal, regulamentar e financeiro. -----  
----- Porque não basta alterar a Lei n.º 56/2012, à que mudar o enquadramento legal mais genérico, desde a Lei das Finanças Locais que, estas agora em revisão mas, também, entre outros o estatuto dos eleitos locais. -----  
----- As recomendações apresentadas pelo grupo de trabalho espelham as dificuldades deste processo mas, apontam e esse é o foco deste documento, as alterações e adaptações que importa efetuar pelo que, sintetizando o CDS gostaria de destacar as que considera essenciais. -----

----- Desde logo a revisão da Proposta n.º 915/2013 e os ajustamentos necessários ao material equipamento transferidos para as Juntas. -----

----- A celebração de contratos interadministrativos deste de pensados de forma global e estratégica ou seja que não sejam propostos, consoante a vontade da Câmara mas, que sejam pensados num tudo. E nesta matéria importa que as Juntas, também, saibam dizer, não quando a entrega de competências, não trazem consigo meios suficientes. ---

----- Delegação de competências camarárias no que, concerne a matérias de trabalho de proximidade com a população e que, por essa razão faça sentido serem cumpridas pelas Juntas, designadamente, nas áreas social e cultural. -----

----- Enquadramento dos recursos humanos existentes e de novos sejam, por admissão aos quadros para funções que, se revelem permanentes seja pela transferência de quadros qualificados do município. -----

----- No que respeita ao processo de análise no Parlamento e referente a descentralização de competências do Estado para as autarquias que, seja tido, obviamente, em conta o reforço das verbas previstas na Lei n.º 56/2012 e a revisão do Estatuto dos eleitos locais, seja dos órgãos executivos, nomeadamente, a nível do valor remuneratório ou nos regimes de tempo mas, também, do pessoal dirigente. -----

----- O CDS não tem dúvidas que o estatuto remuneratório, particularmente em Lisboa não faz jus, às responsabilidades dos membros de cada executivo. -----

----- Consideramos que, a descentralização não pode ser pensada enquanto o enquadramento legal não for revisto. -----

----- A realidade de Lisboa é diferente pelo seu processo legislativo próprio mas, são vários os municípios que consideram ser um modelo de competências a seguir e, nesse sentido, importa que o Parlamento seja sensível aos alertas que esta Assembleia Municipal hoje, aqui apresenta e que, obviamente, a Câmara se faça chegar à Assembleia da República. -----

----- Estamos certos que esta Assembleia poderá, certamente, dar um valioso contributo ao processo em análise no Parlamento, matéria que deveríamos aprofundar logo que possível. -----

----- Naquilo que é público deste processo, concordamos com a descentralização dos serviços mas, face aos valores já veiculados para Lisboa e face aos serviços que se pretendem transferir, nomeadamente, o acordo feito com a Associação Nacional de Municípios, temos sérias dúvidas que o valor seja suficiente para as necessidades e para aquelas competências que estão previstas serem transferidas para Lisboa e, portanto, nesse caso importa que o Parlamento avalie, o que correu mal em Lisboa e evite cometer os mesmos erros. -----

-----Ao contrario, também, do que já foi aqui dito, nós achamos que o objeto do grupo de trabalho não se extinguiu e, exatamente por esse processo na Assembleia da República também, não estar concluído, há apenas um acordo que a Associação Nacional de Municípios que, este grupos de trabalho deve fazer este trabalho, passando a redundância, de acompanhamento destas alterações. -----

----- Termina Senhor Presidente, dizendo que o CDS, cá estará para dar o seu contributo neste processo, seja nesta sede, seja na Assembleia da República, também,

não podia deixar de terminar esta intervenção por saudar, a resiliência e espírito combativo que as Juntas de Freguesia tem no seu dia-a-dia, muitas vezes com poucos recursos, com competências que muitas vezes não estão bem definidas e, portanto, também, saudar aqui, aquilo que é o trabalho de todas as Juntas de Freguesia. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Sobre esta matéria, o processo legislativo descentralização dizemos o seguinte: Ao acordo que havia sido subscrito entre o Governo PS e o PSD, com todo o significado que contém, soma-se agora um acordo entre o Governo PS e o Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, cujo conteúdo indicia a concordância no essencial com o que, o Governo pretende concretizar neste processo, que só não fica aquém do que seria necessário para o reforço do poder local democrático, como cria condições para o acentuar dificuldades de natureza administrativa, financeira e até política para as autarquias locais.-----

----- Não só, não se recupera a capacidade financeira perdida, como se consagra a continuação do incumprimento da Lei das Finanças Locais, como se dão passos no sentido da fiscalidade local e da distribuição assimétrica dos recursos financeiros entre os municípios, agravando a diferença entre eles.-----

----- O PCP considera que, este não é o caminho correto e, nesse sentido, reafirma o seu empenho para que na Assembleia da República, contribuir com base nas iniciativas legislativas que apresentou para que, se rompa com a política de afronta ao poder local que PS, PSD e CDS têm praticado, sendo responsáveis pelos esbulhos de três vírgula cinco mil milhões de euros, só nos últimos 10 anos.-----

----- Considera que, matéria deste relevo, pressupõe a continuação e aprofundamento do debate e não se compadece com decisões que venham a ser tomadas à pressa e, a margem de um debate sério das leis fundamentais ao poder local e às suas condições de resposta aos problemas das populações e ao desenvolvimento local. -----

----- O acordo agora subscrito, num quadro em que o trabalho parlamentar de apreciação na especialidade praticamente não se iniciou, visa precipitar um processo que continua a não ver esclarecidas, nem informadas as condições concretas indispensáveis a uma decisão responsável. -----

----- Recorde-se que o PCP apresentou nesta matéria, um conjunto de iniciativas legislativas, um projeto de lei-quadro sobre a centralização, uma proposta de calendários sobre a regionalização e um projeto de lei de Finanças locais, tal como já tinha sido apresentado e sido rejeitado com os votos contra do PS, PSD e CDS, um

projeto que criava condições para a reposição das freguesias, da acordo com a vontade dos seus órgãos representativos. E lembre-se aqui que foram, para além das de Lisboa, mil e cem freguesias eliminadas. -----

----- Tal como o PCP tem insistentemente referido, um verdadeiro processo de descentralização, envolve a regionalização sem a qual não haverá uma delimitação coerente de competências, entre os vários níveis da administração. Exige a reposição das freguesias com o que isso representa de proximidade e de participação democrática. Inclui a transferência de poderes para planear, programar e executar as infraestruturas e equipamentos necessários, impõe a afirmação plena da autonomia administrativa e financeira que, constitucionalmente o poder local tem consagrado. ----

----- A transferência de encargos para as autarquias locais e a desresponsabilização do Estado Central, são parte de uma orientação estratégica, desestruturação de funções sociais que consagradas na Constituição, se devem manter na esfera do Estado garantindo a sua universalidade, com destaque para as áreas da Educação, da Saúde, da Habitação e dos Apoios Sociais. -----

----- A concretizar-se esta opção é, a política de direita que continuou o seu caminho, são as populações e o país que ficam a perder e, é mais uma oportunidade que se perde de contribuir para o reforço da capacidade de intervenção do poder local e para a valorização da sua autonomia, para a sua vitalidade democrática, para afirmação de uma conquista que Abril possibilitou e a Constituição consagrou. -----

----- Senhor Presidente em relação ao documento que vamos votar pedimos a votação em separado, podemos votar conjuntamente com as outras forças políticas, o ponto um, ponto três, o ponto quatro, o ponto cinco, o ponto seis e o ponto oitavo no seu conjunto. -----

----- Votaremos contra, estes pontos. Em relação aos outros pedimos a votação em separado, um a um. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado, mas já tomei boa nota, do Partido Ecologista ”Os Verde” e, portanto, será mais fácil, mais eficiente e mais célebre fazermos ponto por ponto. -----

----- Vamos então prosseguir com os oradores inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada Inês Drummond.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês Drummond (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Faz agora quatro anos e meio da implementação da reforma administrativa aprovada pela Lei n.º 56 de 2012. Esta lei decorre, também, muito e sobretudo o ímpeto descentralizador e da capacidade de gerar consensos pelo então Presidente da Câmara, António Costa que, quer com as Juntas de Freguesia, quer como uma



discussão alargada com os cidadãos, quer com os vários partidos políticos, sendo que aqui gostaria de destacar o papel de António Prôa que, na altura era líder da bancada do PSD e do Miguel Coelho, que era líder da bancada do PS, foi possível levarmos a cabo esta reforma.-----

----- Uma reforma que veio revolucionar e que tornou Lisboa pioneira na descentralização e o balanço, o balanço Senhores Deputados é muito positivo, por muito que algumas forças políticas tentem apontar defeitos à reforma, o balanço é muito positivo. -----

----- Hoje, temos juntas mais eficazes, mais capacitadas, mais interventivas, mais próximas e sobretudo mais capazes de resolver os reais problemas dos cidadãos.-----

----- No inquérito de satisfação realizado aos cidadãos, a opinião dos cidadãos contrasta, claramente com a posição de algumas forças políticas, pois neste inquérito, os cidadãos demonstraram um grande índice de satisfação com a reforma administrativa, demonstraram que conseguiram incorporar o que é que, são as competências de cada entidade.-----

----- Isto poderia dizer, seria normal com qualquer reforma que rapidamente se explique aos cidadãos, uma reforma desta magnitude não se explica assim tão facilmente aos cidadãos mas, o que é, facto, é que a resposta eficaz das Juntas de Freguesia com a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa, permitiu que esta reforma fosse rapidamente incorporada e as juntas rapidamente se colocassem em campo para a efetivar.-----

----- Hoje, de facto, a cidade conta com mais vinte e quatro vereadores territoriais que, trabalham todos os dias no seu território para ir ao encontro daquilo que são as reais necessidades da população.-----

----- Claro que, com uma reforma desta magnitude, foi sendo necessário fazer alguns ajustes e isso fomos capazes aqui nesta Assembleia Municipal, de encontrar os consensos políticos alargados para alteração, nomeadamente, da lei, no que diz respeito, por exemplo, às Juntas de Freguesia de poderem ter mais um ou dois vogais a tempo inteiro e poderem os Presidentes de Junta delegar algumas das suas competências.-----

----- No entanto, é preciso ir mais longe e este grupo de trabalho analisou, exatamente, estas questões. Este grupo de trabalho teve que ir perceber como é que estava a correr a reforma administrativa nas várias Juntas de Freguesia, por forma a identificar as áreas que importa ainda resolver.-----

----- Uma reforma desta magnitude, não está isenta de problemas antes pelo contrário mas, são problemas que não mancham em nada, o impacto positivo da mesma. -----

----- É preciso, obviamente, analisar como já aqui foi referido e também está no relatório, o estado de conservação de alguns equipamentos à data da reforma. O estado de conservação de alguns edifícios que transitaram àquela data para as Juntas de Freguesia, alguns equipamentos que não existiam à data da reforma e que a Câmara mais tarde transferiu para as Juntas de Freguesia. -----

----- Existem novos desafios na cidade e que já muito temos falado sobretudo, pela pressão turística que temos tido em algumas zonas da cidade, no que diz respeito à

limpeza urbana e que importa apoiar as Juntas de Freguesia para a resolução deste problema.-----

----- As Juntas hoje fazem mais do que a Câmara Municipal de Lisboa fazia e, hoje alocam mais recursos humanos e financeiros que a Câmara Municipal alocava em 2012, quando foi feita a lei. -----

----- Hoje, por isso, também, os cidadãos reconhecem um melhor serviço que é prestado.-----

----- Importa analisar, também, isto em termos de recursos financeiros. Importa, por outro lado, incorporar financeiramente os custos que as Juntas de Freguesia estão hoje a ter, com a incorporação de precários e o descongelamento das carreiras. -----

----- Exista também, novos desafios e o ímpeto descentralizador do Governo, importa que sejam analisadas as novas competências e, de que forma é que estas podem ou não ser transferidas para as Juntas de Freguesia, nomeadamente, no que diz respeito aos equipamentos de saúde e a gestão das escolas, do segundo e terceiro ciclo. -----

----- É importante, também, como já aqui foi dito, a revisão do Estatuto dos Eleitos Locais, no que diz respeito à possibilidade de delegação de competências, há possibilidade de termos mais vogais a tempo inteiro e no que diz respeito ao estatuto remuneratório dos eleitos. -----

----- E também, não menos importante uma avaliação da participação das juntas nas receitas do município sobretudo, para fazer face a despesas de investimento de médio e longo prazo.-----

----- O momento que vivemos empele-nos, encontrar consensos quer na Assembleia Municipal, quer na Assembleia da República para aprofundar o ímpeto descentralizador de que a cidade de Lisboa é pioneira e que é um sucesso evidente. ----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada, vamos dar continuidade.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Mário Freitas do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhora Secretária. -----

----- Mais uma vez, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Exercício, Senhor Vereador, Caros colegas, Público presente. -----

----- Discutimos hoje a Recomendação n.º 031/03 que resulta do relatório sobre o processo legislativo da descentralização e sobre o qual pretendemos fazer breves notas em jeito, apreciação.-----

----- Para analisar este amplo e complexo processo tem de se entender, obrigatoriamente, que estamos perante uma mudança de paradigma onde as estruturas e funcionamento administrativo são ajustadas de acordo com as pressões exercidas pelo ambiente político e social. -----

----- Passaram-se quase seis anos desde aprovação da Lei n.º 56/2012 que aprovou organização administrativa da cidade de Lisboa, não obstante, as dificuldades e alguns obstáculos que lhe estão inerentes. -----

----- Reconhecemos, todo este processo alcançou resultados bastante positivos no governo da cidade, independentemente de alguns ajustes que importa solucionar. -----

----- Sabemos hoje, que a gestão de proximidade trouxe não só um melhor serviço prestado aos lisboetas como, também, uma resposta mais eficaz aos problemas diários. -----

----- Deste modo, importa garantir a continuidade desta melhoria, pelo que é fundamental resolver algumas situações pendentes, decorrentes da transferência de competências da Câmara Municipal para as juntas de freguesia, bem como outras situações que dela resultaram e que já foram referidas em forma de alerta pelo Partido da Terra, aquando apreciação dos oito relatórios de monitorização da reforma administrativa. -----

----- Refiro-me, exatamente, a definição clara de áreas estruturantes, quer em matéria de espaços verdes a evidência mostra que tem vindo a ser claramente negligenciados, quer em matéria de intervenção da manutenção e conservação. -----

----- Defendemos que só com uma definição conceptual destes conceitos será possível obter uma resposta mais célere, por parte de órgãos autárquicos, em benefício dos cidadãos. Isto é, existir uma efetiva responsabilização da entidade competente, quem faz o quê, o que por outro lado levará ao evitar de uma duplicação de funções, em matéria de intervenções. -----

----- Meus Senhores, da análise do relatório hoje em apreciação, ficou patente que durante as audições aos Senhores Presidentes e apesar destes se mostrarem satisfeitos com a reforma, ainda persistem alguns constrangimentos, além dos já referidos que, importa sobretudo solucionar como é o caso de alguns materiais e equipamentos que, antes da efetivação da transferência de competências se encontravam em franco estado de degradação ou mesmo obsoletos, em particular na área da higiene urbana e instalações desportivas. -----

----- Pesa embora, alguns destes equipamentos e materiais se encontrarem já normalizados, a verdade é que tal sucede, devido à própria iniciativa de investimento das Juntas de Freguesia, que de certa forma estão a subsidiar a Câmara Municipal, pelo que urge inverter esta tendência, através de aditamentos aos autos de efetivação de competências, conforme se encontra expresso da recomendação resultante do parecer da 1ª Comissão sobre a Proposta n.º 654 de 2017. -----

----- Em relação à higiene urbana, é notório com a crescente pressão turística agrava os problemas de limpeza urbana, sobretudo no centro histórico. E a este propósito reconhecemos que existiram progressos, essencialmente, ao nível da instalação de infraestruturas, como papeleiras com maior capacidade ou aumento de ecopontos subterrâneos, no entanto, defendemos que ainda há um longo caminho a percorrer. -----

----- Com a recente nomeação de Lisboa como “Capital Verde Europeia de 2020” e a distinção de melhor cidade destino da Europa, não é aceitável que se continue a observar um espaço público que, se apresenta com inúmeras lixeiras, muitas de

grandes dimensões, contentores abandonados na maior parte das vezes, sem ter sido feita a sua recolha, aumento da poluição visual, seja ela provia da proliferação dos graffiti e, ou aumento micro publicidade e a errada posição de resíduos. -----

----- Senhor Vereador haverá de concordar connosco, que este não é certamente um cartão-de-visita que dignifica esta nossa Lisboa, pelo contrário, apenas nos entristece e envergonha. -----

----- A este propósito gostaríamos de felicitar a Câmara Municipal de Lisboa pela pretensão de alargar a recolha de lixo ao domingo, nas zonas de maior pressão turística, bem como, a locação de cinco milhões de euros da taxa turística, nestas freguesias, conforme já anunciado. -----

----- Caros colegas, considerando, o aumento das competências das vinte e quatro Juntas de Freguesia da nossa Lisboa poder-se-á afirma que, estas são equiparadas a uma Câmara Municipal de uma cidade menor dimensão, pelo que urge rever o estatuto dos eleitos locais. -----

----- Termino a intervenção, reiterando a comunicação entre as Juntas de Freguesia e Câmara é, fundamental para o bom desempenho económico da cidade, diria mesmo crucial e obrigatória, no entanto, e para reflexão futura deixamos um alerta. -----

----- Todos os dias, os territórios são confrontados com novos desafios, neste seguimento e não obstante, esta reforma administrativa ter obtido resultados positivos, a mesma não se deve fechar em si mesma, sob pena de haver o risco das freguesias de Lisboa, se tornarem estruturas demasiado complexas, acabando por desvanecer e retirar valor eficácia, objetivo maior que se pretende alcançar que, é conseguir uma maior e melhor proximidade dos seus fregueses, procurando as melhores soluções para os problemas identificado. -----

---- Por último, o Partido da Terra felicita o trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho que, procurou dar voz aos vinte e quatro Presidentes de Junta de freguesia e do qual resulta um relatório e uma recomendação, com o qual concordamos na maioria dos seus pontos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- Eu temia que isto viesse acontecer e alertei exatamente para este, facto, durante os trabalhos do próprio grupo de trabalho. -----

----- Esta visão pequenina que alguns partidos, aqui vieram trazer, transformando esta matéria numa matéria quase que, de um lado gente pedinte que precisa de dinheiro para financiar qualquer coisa que resolva fazer nas suas Juntas de Freguesia e, por

outro lado, uma Câmara Municipal num registo burguês, querendo com isto aproveitar-se dessas de pequenices, desses autarcas, para que eles próprios pudessem de uma forma muito extraordinária contornar a lei e as suas obrigações para com a comunidade que servem e os tribunais e as assembleias que fiscalizam. -----

----- E esta visão pequenina que transforma este debate, num debate pequenino porque, a questão que está aqui em cima da mesa, deveria ter sido outra desde do primeiro momento. -----

----- Para que é que nós queremos Juntas de Freguesia? Para quê que elas servem? Qual a utilidade que elas devem ter, no âmbito da ação do Estado, numa dinâmica de proximidade às comunidades que servem. Que competências lhes devem estar atribuídas e que condições é que devem ter para as poder executar? -----

----- Mas não foi isto que se estive aqui a discutir hoje e foi isto que o Bloco de Esquerda, também, veio fazer sistematicamente em todas as reuniões, deste mesmo grupo de trabalho. -----

----- A incompreensão de para que é que serve uma Junta de Freguesia e para que é que ela deve servir é, que dá origem a este discurso do Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, de que eles precisam de dinheiro para se financiar e a Câmara aproveita para poder contornar as obrigações legais a que está sujeita. -----

----- Isto é uma desclassificação monumental do trabalho, do grupo de trabalho, do trabalho que foi a descentralização, do esforço e do reconhecimento implícito por esse esforço que a própria população deu já em 2017 e sobre tudo, estranho que de manhã, estejam numa secretária a debater transferência de competências para uma Junta de Freguesia e depois à tarde tenha o desplante de vir dizer que são coisas menores, coisas para financiar. -----

----- E é isto que eu considero revoltante, quando nós queremos em determinado momento ter uma discussão séria sobre atividade política e, sobre o efeito e o benefício que essa atividade pública pode trazer para as próprias comunidades e, depois dá-se isto. Transformamos esta discussão, esta reflexão sobre a reforma administrativa e sobre um processo de aprofundamento dos mecanismos de descentralização, centrados no serviço à comunidade, numa coisinha de mexe dinheiro para a esquerda, mexe dinheiro para a direita. -----

----- É esta tristeza que profundamente me inunda neste momento, Senhores Deputados, porque é de quem claramente, não compreende uma questão essencial. Para que é que servem as Juntas de Freguesia? E eu percebo que o Bloco de Esquerda perceba disse muito pouco, percebo. -----

----- Já não aceito que venha para aqui fazer esta figura de insulto, à atividade daqueles que são os autarcas de freguesia eleitos, legitimamente nos seus territórios. ---

----- E uma das matérias que eu queria reforçar foi, também, uma matéria para a qual procurei alertar, omito do debate deste grupo de trabalho que, é este conceito que foi importante no omito da introdução e naquilo que foi o primeiro momento da reforma administrativa que são, os equipamentos e as tais vias estruturantes e a desadequação que se veio a verificar que, hoje em dia esse conceito traduz. Porque mais importante do que pensarmos em vias estruturantes, aliás, vias estruturantes verificaram-se e

temos tido esse debate ao longo dos últimos quatro anos que é pouca coisa, porque há vias estruturantes que são asseguradas pelas Juntas de Freguesia e agora há vias estruturantes que querem regressar à gestão parcial da Câmara Municipal. -----

----- A discussão que nós devimos estar a desenvolver era territórios críticos e porque territórios críticos e, qual é a principal diferença? Porque a diferença entre aquilo que é um equipamento que deve ser gerido pela Câmara ou pela junta é uma visão, também, ela redutora daquilo que é a eficácia da sua gestão. -----

----- Por aquilo que nós verificámos e temos essa experiência na cidade de Lisboa, é que, durante este período, o que era necessário identificar, era que havia determinados espaços físicos, havia determinados equipamentos para aos quais as verbas e os níveis de serviço que a Câmara Municipal assegurava para o seu financiamento, pouco ou nada tinham a ver com o valor médio estabelecido para a sua própria transferência. ----

---- Ou seja o que se assegurava em níveis de equivalência era que, grosso modo a Câmara assegurava algo para a sua manutenção do nível sessenta, setenta quando, na realidade, fruto da pressão demográfica, furto de algumas características específicas, nomeadamente e até porque, associada ao próprio turismo precisávamos, se calhar, que ai o indicador, o índice estivessem em cem, cento e dez e, foi isso que não aconteceu e, foi isso que continua a não acontecer. -----

----- E portanto, o apelo que faço e para terminar o Senhor Presidente é de que, no âmbito, do aprofundamento desta discussão e sobretudo, por respeito ao trabalho que foi feito pelos autarcas e pelos Deputados Municipais neste mesmo documento, se possam compreender duas coisas. -----

----- Em 1º lugar que a reforma administrativa e o seu aprofundamento foi uma boa iniciativa que teve o Presidente António Costa, atual Primeiro-Ministro e que teve o apoio do Partido Social Democrata, na altura com o Senhor Deputado António Prôa à cabeça. -----

----- E que, em segundo lugar, esse mesmo reconhecimento hoje, marca a diferença para um território que é o território de Lisboa que, também, ele deve ser entendido como diferente do resto do país, enquanto não compreenderem que é diferente, nunca vão perceber a essência do trabalho que está a ser feito. E porque é que Lisboa deve ser comparada com outras cidades europeias e, se calhar, não faz tanto sentido compará-la com outras cidades portuguesas de enorme qualidade, mas que têm demografias e têm necessidades e, têm características radicalmente diferentes. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada Aline Beuvink.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Excelentíssimas Senhores Secretários, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores e Senhoras mais uma vez, boa tarde.-----

----- Foi aprovada a vinte de Fevereiro, a criação para a constituição de um Grupo de Trabalho, sobre o Processo Legislativo da Descentralização e esta necessidade surgiu na sequência do Parecer da 1ª Comissão Permanente, sobre o oitavo e último relatório de Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa, servindo o propósito de análise retrospectiva sobre, o trabalho percorrido e avaliação futura do espaço a percorrer desta reforma administrativa da nossa cidade de 2012. -----

----- Este Grupo de Trabalho beneficiou da representação plural de todos os partidos com assento na Assembleia Municipal tendo, no âmbito, dos seus trabalhos procedido a audição de todos os vinte e quatro Presidentes de Junta de Freguesia. -----

----- Tal prática salutar, permitiu a partilha de experiências particulares dos vários autarcas, na reflexão conjunta daquelas que deverão ser as correções e melhorias a implementar.-----

----- Das audições resultaram uma série de recomendações agora em apreço, sendo que, de forma genérica foi patente um balanço positivo da reforma administrativa, apesar de dificuldades, obstáculos e resistências típicos destes processos de mudança. -

----- Foi também, patente que o alegado sucesso passados que estão quatro anos de efetiva aplicação dever-se-ão, em grande parte a capacidade de adaptação, os executivos e colaboradores das juntas de freguesia que, mercê da maior flexibilidade das suas estruturas, adaptaram e melhoraram a competência delegada, reforçando no essencial superior interesse da gestão autárquica e a melhoria do serviço público.-----

----- As recomendações aqui apreciadas vão mais longe, procurando revisitar, clarificar conceitos, corrigir insuficiências tanto ao nível de instalações, verbas, como equipamentos. -----

----- Destacamos a urgência de esclarecer o conceito de intervenção de manutenção e conservação, decidido de forma casuística e com aparente diferença de critérios no histórico recente. A importância da distinção entre o que é uma intervenção de carácter estrutural e que, como tal deve ser da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa das restantes intervenções.-----

----- É fundamental corrigir situações em que a delegação de competências foi acompanhada de material e equipamentos em estado de degradação avançada, para a prestação adequada da competência delegada, em particular no centro histórico agudizou-se os problemas, aliás, visíveis na limpeza urbana, depreciando o postal Lisboa, naquela que deveria ser a montra da capital.-----

----- Desajuste financeira e algumas delegações de competências que, por má avaliação ou por falta de atualização do aumento real dos custos ou até em alguns casos por ambas situações. -----

----- É necessário também rever o estatuto dos eleitos locais, adequando a atual relevância das suas funções.-----

----- Em suma, os meus caros, colegas eleitos, Presidentes de Junta demonstraram abertura e preparação para receber estas novas competências, nomeadamente, no

alargamento do licenciamento gestão de equipamentos escolares, matérias sociais entre outras.-----

----- No entanto, será esta a ambição do atual executivo da Câmara Municipal de Lisboa? Fica a questão. -----

----- O PPM saúda do trabalho realizado em conjunto, nomeadamente, os contributos dos Senhores Deputados, Luís Newton e Rui Costa e, sim, os Senhores Deputados às vezes estão aqui engalfinhados mas, nas comissões é só amor e, em particular no trabalho hercúleo da Senhora Deputada relatora Inês Drummond cuja, as conclusões traduzem o desejo e o sentimento comum de melhoria e qualidade do serviço prestado aos munícipes que é, no fundo, o motivo para o qual todos nós fomos eleitos -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada, penso que não temos mais oradores inscritos.-----

----- Senhor Vereador, não sei se a Câmara quer usar da palavra sobre a descentralização? Não.-----

----- Então vamos passar as votações, e de acordo com os vários pedidos vamos votar ponto por ponto, sendo que no ponto nove vamos, também, votar em separado as alienas e portanto vamos fazer as diferentes votações.-----

----- Espero que os Senhores Deputados se assentem que, nas direções dos grupos e os Senhores Deputados tenham a Recomendação n.º 031/03.-----

----- Vamos votar o **Ponto 1, da Recomendação n.º 031/03**. Voto contra do PCP, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. O **Ponto 1 da Recomendação n.º 031/03 foi aprovado por maioria**.-----

----- Vamos votar o **Ponto 2, da Recomendação n.º 031/03**. Não há votos contra, a abstenção do PCP, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. O **Ponto 2 da Recomendação n.º 031/03 foi aprovado por maioria**.-----

----- Vamos votar o **Ponto 3, da Recomendação n.º 031/03**. Voto contra do PCP, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. O **Ponto 3 da Recomendação n.º 031/03 foi aprovado por maioria**.-----

----- Vamos votar o **Ponto 4, da Recomendação n.º 031/03**. Votos contra do PCP e PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e 7 IND. O **Ponto 4 da Recomendação n.º 031/03 foi aprovado por maioria**.-----

----- Vamos votar o **Ponto 5, da Recomendação n.º 031/03**. Votos contra do PCP e PEV, abstenções do MPT, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PPM e 7 IND. O **Ponto 5 da Recomendação n.º 031/03 foi aprovado por maioria**.-----

----- Vamos votar o **Ponto 6, da Recomendação n.º 031/03**. Votos contra do PCP PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e 7 IND. O **Ponto 6 da Recomendação n.º 031/03 foi aprovado por maioria**.-----

----- Vamos votar o **Ponto 7, da Recomendação n.º 031/03**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. O **Ponto 7 da Recomendação n.º 031/03 foi aprovado por unanimidade**.-----



----- Vamos votar o **Ponto 8**, da **Recomendação n.º 031/03**. Votos contra do PCP e PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. O **Ponto 8** da **Recomendação n.º031/03** foi **aprovado por maioria.**” --

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

---- “Uma declaração por escrito do Senhor Deputado Miguel Graça”. -----

----- Vamos votar o **Ponto 9 alínea a)**, da **Recomendação n.º 031/03**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. O **Ponto 9 alínea a)** da **Recomendação n.º031/03** foi **aprovado por unanimidade.**-----

----- Vamos votar o **Ponto 9 alínea b)**, da **Recomendação n.º 031/03**. Voto contra do PCP, abstenção do PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e 7 IND. O **Ponto 9 alínea b)**, da **Recomendação n.º031/03** foi **aprovado por maioria.**”-----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário na votação desta Recomendação) -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND), não entregou a Declaração de Voto escrita referente à Recomendação n.º 031/03 - Ponto 8.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez continuou a sua intervenção:-----

----- “E portanto, todos os pontos e alienas da Recomendação n.º 031/03 foram aprovados e, portanto, a Recomendação é aprovada na sua integralidade. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, vamos passar ao último ponto na ordem de trabalhos, sem antes recordar aos Senhores representantes que combinamos da conferência de representantes e ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva fazer uma pequena reunião no final desta sessão, para programar os nossos trabalhos, nomeadamente, da existência ou não de Assembleia Municipal dia dezanove e dia vinte e quatro e qual o seu conteúdo.” -----

-----**7. APRECIACÃO CONJUNTA DAS PROPOSTAS DE REPARTIÇÕES DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS; GRELHA BASE: 34 MINUTOS:**-----

----- **7.1 - PROPOSTA 445/CM/2018 – PONTO 7 DA PARTE DELIBERATIVA - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2019, 2020 E 2021, PARA A «AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE ORACLE, NA MODALIDADE DE ALUGUER OPERACIONAL (SEM OPÇÃO DE COMPRA NO FINAL DO CONTRATO), AO ABRIGO DO LOTE 68 DO “ACORDO QUADRO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E SERVIÇOS CONEXOS” (AQ-LS), CELEBRADO PELA ESPAP», NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS 1, 2 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, DO ARTIGO 24.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL**

**REDAÇÃO, E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta n.º 445/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XVI e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez continuou a sua intervenção:-----

----- “Vamos então passar ao Ponto 7, Apreciação conjunta das propostas de repartições de encargos e assunção de compromissos, Proposta 445/CM/2018 – Ponto 7 da parte deliberativa - Autorização prévia da repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais para os anos económicos de 2019, 2020 e 2021, para a Aquisição de licenciamento de *software Oracle*, na modalidade de aluguer operacional (sem opção de compra no final do contrato), ao abrigo do Lote 68 do “Acordo quadro de licenciamento de *software* e serviços conexos”, celebrado pela ESPAP, nos termos da proposta e da disposições legais e regimentais aplicáveis. -----

----- Pergunto ao Senhor Vereador João Paula Saraiva se quer apresentar as propostas? O Senhor Vereador, prescinde.-----

----- Pergunto à Senhora Secretária, se temos oradores inscritos, não temos oradores inscritos.-----

----- Portanto, vamos passar à votação.-----

----- Senhora Deputada agradecia que se pudesse sentar só para votarmos.-----

----- Muito obrigado.-----

----- É para que depois os senhores representantes, não dizerem na conferencia de representantes que há perturbação dos trabalhos.-----

----- Vamos votar a **Proposta n.º 445/CM/2018**. Não há votos contra, abstenções do BE e PAN, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PEV, MPT, PPM e 7 IND. A **Proposta n.º 445/CM/2018 foi aprovada por maioria.**”-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **7.2 - PROPOSTA 446/CM/2018 – ALÍNEA H) DA PARTE DELIBERATIVA - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2019, 2020 E 2021, PARA A «AQUISIÇÃO E ALUGUER OPERACIONAL (SEM OPÇÃO DE COMPRA) DE LICENÇAS E DE SERVIÇOS CONEXOS DE ASSISTÊNCIA PÓS-VENDA DE SOFTWARE MICROSOFT, AO ABRIGO DOS LOTES 49, 56, 61 E 68 DO “ACORDO QUADRO PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E SERVIÇOS CONEXOS” (AQ-LS), CELEBRADO PELA ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P. (ESPAP)», NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS 1, 2 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, DO ARTIGO 24.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA ATUAL REDAÇÃO;**-----

----- (A **Proposta n.º 446/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez continuou a sua intervenção:-----

----- Vamos votar a **Proposta n.º 446/CM/2018**. Não há votos contra, abstenções do BE, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PPM e 7 IND. A **Proposta n.º 446/CM/2018** foi **aprovada por maioria**.”-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, damos por encerrados os trabalhos de hoje, Senhores e Senhoras representantes, Senhor Vereador João Paulo Saraiva para conversarmos um pouco.”-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e cinco minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AM/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----